

DENIS PAULO BELADELI

**ESTUDO DE VIABILIDADE NA PRODUÇÃO
DE LENHA E DE CAVACOS DE LENHA**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista em Contabilidade e Finanças.

Prof. Orientador: Luiz Antonio Brandalise.

PALOTINA – PR

2006

A maior recompensa do nosso trabalho
não é o que nos pagam por ele, mas
aquilo em que ele nos transforma.

John Ruskin

“Cada pessoa, em sua existência pode ter duas atitudes: Construir ou Plantar. Os construtores podem demorar anos em suas tarefas, mas um dia terminam aquilo que estavam fazendo. Então param, e ficam limitados por suas próprias paredes. A vida perde sentido quando a construção acaba.

Os que plantam sofrem com as tempestades, as estações e raramente descansam. Mas, ao contrário de um edifício, o jardim jamais para de crescer. E, ao mesmo tempo que exige a atenção do jardineiro, também permite que, para ele, a vida seja uma grande aventura”.

Paulo Coelho

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida, saúde, oportunidade e capacidade de conclusão desta especialização;

A toda minha família que sempre contribuiu e apoiou-me, durante todo este período;

A todos os professores, em especial ao professor orientador deste trabalho Luiz Antonio Brandalise, por toda dedicação, compreensão e apoio no desenvolvimento deste trabalho;

Aos colegas de turma pela troca de conhecimentos;

A empresa C.Vale – Cooperativa Agroindustrial pela oportunidade de realização deste trabalho;

Dedico este trabalho a todos que de uma forma ou de outra tenha contribuído, em especial à minha família, por apoiar-me em todos os momentos.

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1 – REFLORESTAMENTO	41
FIGURA 02 – UNIDADE PRODUÇÃO DE CAVACOS	41
FIGURA 3 – FLUXOGRAMA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE LENHA E DE CAVACOS DE CAVACO	42
FIGURA 4 – IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA	43
TABELA 01 - BENS DO PATRIMÔNIO (VALOR DE AQUISIÇÃO)	47
TABELA 02 - RATEIO DA DEPRECIAÇÃO MENSAL DOS BENS DO PATRIMÔNIO	47
TABELA 3 – RATEIO DE FUNCIONÁRIOS POR ATIVIDADE	48
TABELA 04 - MÃO DE OBRA DIRETA	49
TABELA 5 - ASSISTÊNCIA SOCIAL A FUNCIONÁRIOS	49
TABELA 6 - RATEIO MÃO DE OBRA DIRETA	50
TABELA 07 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE LENHA	51
TABELA 08 - CUSTOS DE TRANSFORMAÇÃO	52
TABELA 09 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE	56
TABELA 10 - CÁLCULO DA VIABILIDADE	57
TABELA 11 - COMPARATIVO DOS CUSTOS	58
TABELA 12 - CONSUMO ANUAL	60

RESUMO

Este trabalho diz respeito a custos e viabilidade do investimento em uma central de produção de cavacos de lenha. Através de pesquisas bibliográficas e o desenvolvimento de cálculos por meio de planilhas eletrônicas, pôde-se obter resultados e desta forma elaborar uma análise a respeito dos custos, do investimento realizado e dos resultados alcançados. Na elaboração do trabalho foi realizada uma pesquisa e desenvolvido os cálculos para a obtenção dos custos, comparando-os entre o custo com a produção própria da matéria e sua transformação, o custo com produção adquirindo matéria prima de terceiros e o custo com a aquisição do produto. Nos dias atuais, é muito importante conhecer a relação entre custo de produção, viabilidade do investimento e resultado. Pode-se dizer que hoje a maior preocupação do investidor é saber se o investimento a ser realizado é viável ou não, e para isso é indispensável que se faça um levantamento adequado e seguro antes de realizar um investimento, assim também como acompanhar os seus custos e resultados no decorrer de suas atividades, assegurando ao investidor um retorno de sua aplicação e corrigindo imediatamente os pontos relevantes, alavancando os resultados.

Palavras-chave: custos, viabilidade, investimento.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS E TABELAS	vii
RESUMO	viii
1 INTRODUÇÃO	12
1.1 OBJETIVOS	12
1.1.1 Geral	12
1.1.2 Específicos	13
1.1.3 Justificativa	13
2 REVISÃO DA LITERATURA	14
2.1 SURGIMENTO DA CONTABILIDADE	14
2.2 ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE	15
2.3 OBJETIVOS DA CONTABILIDADE	15
2.4 POSTULADOS CONTÁBEIS	15
2.4.1 Postulados Contábeis Normativos	16
2.4.2 Postulados Contábeis Descritivos	16
2.4.3 Postulados Contábeis Ambientais	16
2.4.3.1 Postulado da Entidade Contábil	16
2.4.3.2 Postulado da Continuidade das Entidades	16
2.5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE	17
2.6 CONVENÇÕES CONTÁBEIS	18
2.7 TÉCNICAS CONTÁBEIS	19
2.8 CONTABILIDADE DE CUSTOS	20
2.8.1 Objetivos da Contabilidade de Custos	21
2.8.2 Terminologia dos Custos	21
2.8.3 Classificação dos Custos	23
2.8.3.1 Custo de produção do período	23
2.8.3.2 Custo da produção acabada	23
2.8.3.3 Custo dos produtos vendidos	24
2.8.3.4 Custos diretos	24
2.8.3.5 Custos indiretos	24

2.8.3.6 Custos fixos e variáveis	24
2.8.3.6.1 Custos fixos	25
2.8.3.6.2 Custos variáveis	25
2.9 MÉTODOS DE CUSTEIO	26
2.9.1 Custeio real por absorção	26
2.9.2 Custeio variável (ou custeio direto)	27
2.9.3 Custeio ABC – Custeio Baseado em Atividades	28
2.10 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS	29
2.10.1 Peps	29
2.10.2 Ueps	29
2.10.3 Preço Médio	30
2.11 IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CUSTOS	30
2.12 VIABILIDADE DE INVESTIMENTOS	31
2.12.1 Viabilidade Econômica	31
2.12.2 Viabilidade Financeira	31
2.12.3 Princípios de Análise e Indicadores	32
3 METODOLOGIA	34
3.1 DEFINIÇÃO DO TIPO DA PESQUISA	34
3.2 DEFINIÇÃO DAS PERGUNTAS DA PESQUISA	34
3.3 MÉTODO DE COLETA DE DADOS	35
3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	36
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS	37
4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA (AGOSTO/2005)	37
4.2 HISTÓRICO DA EMPRESA	38
4.3 UNIDADE DE PRODUÇÃO DE CAVACOS	40
4.4 PLANO DE CONTAS	44
4.5 CUSTOS INDIRETOS	46
4.5.1 Depreciação	46
4.5.2 Custos com Mão de Obra	48
4.5.3 Custo da Produção de Lenha	50
4.5.4 Custo de Transformação de Lenha em Cavacos	51
4.5.5 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE	55
4.5.6 Análise da Viabilidade do Investimento	57

4.5.6.1 Demonstrativo de custos	57
4.5.6.2 Comparativo de resultados da produção	58
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES	61
5.1 CONCLUSÃO	61
5.2 RECOMENDAÇÕES	62
REFERÊNCIAS	63
ANEXOS	65

1 INTRODUÇÃO

Uma das grandes preocupações dos investidores no mundo é a viabilidade do investimento, seja ele um investimento a ser realizado ou até mesmo os já existentes.

A partir do momento em que o investidor toma a iniciativa de realizar um investimento, deveria ele realizar um estudo de viabilidade. Sabemos que nem sempre isto ocorre, uma vez que muitos investidores ainda tomam decisões através da intuição.

Nos tempos atuais é imprescindível a realização de um estudo de viabilidade para a realização de investimentos, tendo em vista a concorrência do mercado, a dificuldade de obtenção de recursos e ao elevado custo financeiro. Uma atividade deve ser bem projetada para que não ocorram dificuldades futuras para o investimento.

Através deste trabalho será apresentado um estudo de viabilidade do investimento realizado pela empresa C.Vale – Cooperativa Agroindustrial de uma unidade de produção de lenha e de cavacos de lenha, cuja questão norteadora deste é de como estruturar e diagnosticar a apuração do resultado econômico que suporte a análise de viabilidade em uma unidade de produção de lenha e de cavacos de lenha. Para a obtenção deste resultado é considerado o valor atual de mercado do produto em análise, bem como seus custos de produção e transformação, obtendo-se assim o resultado econômico da atividade, uma vez que a empresa pratica a política de transferência entre a unidade de produção e as unidades consumidoras, considerando apenas o valor de custo da produção.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Geral

Avaliar a viabilidade na produção de lenha e de cavacos de lenha da empresa C.Vale – Cooperativa Agroindustrial.

1.1.2 Específicos

- Levantar os custos de produção com matéria-prima de produção própria;
- Levantar os custos de produção com matéria-prima adquirida de terceiros;
- Levantar os custos de aquisição no mercado atual;
- Estruturar a apuração do resultado econômico;
- Identificar a viabilidade entre a produção e a aquisição no mercado;
- Verificar como o estudo da viabilidade pode contribuir efetivamente para o processo de tomada de decisões;

1.1.3 Justificativa

Com o estreitamento de recursos e a redução da margem de retorno dos investimentos é fundamental que o investidor tenha informações de credibilidade sobre os investimentos a serem realizados, pois todo investimento traz uma expectativa de retorno para o investidor e é através do estudo de viabilidade que é conhecido em quanto tempo o investimento será retornado.

Um estudo de viabilidade é uma ferramenta de extrema importância nas organizações, pois é através dela que seus administradores poderão tomar decisões tanto de investimento como de reorganização de um determinado setor ou atividade.

O levantamento e a análise dos custos devem ser elaborados para identificar o custo do investimento e, também, para proporcionar a relação custo x receita x lucro da atividade.

Através deste trabalho serão apresentados os resultados da análise da viabilidade do investimento, concluindo se tal investimento é viável ou não para a empresa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O capítulo apresenta uma revisão bibliográfica sobre a contabilidade de custos.

2.1 SURGIMENTO DA CONTABILIDADE

SA (2003) em seu artigo publicado pela Revista Brasileira de Contabilidade – RBC versa que alguns historiadores afirmam que a noção de conta e, portanto, de Contabilidade seja, talvez, tão antiga quanto a origem do homo sapiens, surgindo através do homem primitivo há aproximadamente 4.000 anos a.C., o homem primitivo, ao inventariar de forma física sem avaliação monetária seus instrumentos de caça, ao contar seus rebanhos, ao contar suas ânforas de bebidas, já estava praticando uma forma rudimentar de Contabilidade. Na Itália por volta de 1494, o Frei Luca Paccioli, tornou público os princípios básicos do método das partidas dobradas, que consiste em dar um crédito para cada débito de igual valor.

A Contabilidade chegou no Brasil com os colonizadores, tendo um grande impulso a partir do século passado, com a criação do Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Contabilidade dando assim um embasamento legal para a profissão. Podemos dizer que a Contabilidade não é somente uma área ou um sistema isolado dentro da empresa, mas, compõe todo o sistema de informação da empresa.

Nascida através da fúria dos negócios e, até o final do século XIX, a contabilidade foi sempre feudo dos práticos, pois nunca mereceu atenção de pessoas com bastante saber e engenho bastantes para tirarem do pântano do empirismo e das sistematizações precipitadas. Só então começou a ser objeto de investigações metódicas por parte de alguns contabilistas mais cultos e talentosos.

Vale ressaltar que por longo tempo a Contabilidade foi apenas uma técnica, procurando aplicações na forma de memorizar conhecimentos relativos ao patrimônio, só transformando-se em ciência no momento em que se dedicou a explicar o que era registrado.

[...] o pleno conhecimento da manutenção de contas e registro constitui a arte de quem computa (guarda livros), mas não é suficiente para um contador... o qual não se limita só a manter livros, mas, a censura das prestações de contas que de tais livros se deve extrair sem o que não poderia haver um critério de julgamento dos resultados de uma administração, nem se conhecer a natureza desta, os detalhes, as normas, as leis e a adequação que a rege” (VILLA¹, *apud*, SÁ, 2003).

2.2 ESTRUTURA CONCEITUAL BÁSICA DA CONTABILIDADE

Representa todo o arcabouço teórico que sustenta a escrituração contábil e o processo de geração de informações, visando nortear os procedimentos contábeis a serem aplicados a uma entidade. O perfeito entendimento dessa estrutura nos permite uma visão abrangente não só dos horizontes da contabilidade como também do exercício da profissão contábil.

2.3 OBJETIVOS DA CONTABILIDADE

Podemos definir os objetivos da contabilidade como as informações que deverão ser geradas para que os diversos usuários possam tomar conhecimento da situação da organização em dado momento, com a finalidade de tomar as decisões que consideram necessárias.

2.4 POSTULADOS CONTÁBEIS

“Pode-se dizer que os postulados representam o alicerce sobre o qual se desenvolve todo o raciocínio contábil. Podemos afirmar que os postulados representam para a Contabilidade as vigas balizadoras necessárias para o atingimento dos objetivos que é a geração de informações para a tomada de decisões, respeitando-se as categorias de usuários” (IUDÍCIBUS, 1994).

2.4.1 Postulados Contábeis Normativos

Definem o que e como a contabilidade deve operar, sendo necessário uma justificativa ou uma explicação.

2.4.2 Postulados Contábeis Descritivos

Além de definir o que a contabilidade deve fazer, ainda tenta explicar e descrever como a informação contábil deve ser apresentada para os usuários.

2.4.3 Postulados Contábeis Ambientais

Definem onde a contabilidade deve operar. Subdividem-se em: Postulado da Entidade Contábil e Postulado da Continuidade.

2.4.3.1 Postulado da Entidade Contábil

Neste postulado a Contabilidade é mantida para as entidades, seus sócios ou quotistas, não podendo confundir-se entre si as operações efetuadas, para efeitos contábeis.

2.4.3.2 Postulado da Continuidade das Entidades

Para a contabilidade, toda entidade é um sistema vivo, onde irá viver por tempo indeterminado, até que fortes evidências surjam ao contrário, tendo como objetivo encarar a entidade como algo capaz de produzir riquezas e gerar valores, sem que seja interrompida.

2.5 PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DE CONTABILIDADE

De acordo com a Resolução CFC 750/93, representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o atendimento predominante nos universos científico e profissional de nosso país. Concernem, pois, à Contabilidade em seu sentido mais amplo da ciência social, cujo objeto é o patrimônio das entidades.

Os Princípios Fundamentais de Contabilidade visam estabelecer um tratamento contábil uniforme e servem como guia para a auditoria examinar a qualidade dos relatórios contábeis.

Para FAVERO *et al.* (1997, p.38):

os princípios contábeis se tornam geralmente aceitos pelo consenso profissional em função de sua utilidade, objetividade e praticabilidade. Neste sentido é importante observar que a Contabilidade sempre esteve associada ao desenvolvimento das sociedades, e ajustes são necessários para que, em cada época, as informações continuem sendo úteis para a tomada de decisões.

Para que um princípio possa ser considerado geralmente aceito necessita, em primeiro lugar, ser adequado ou fiel à realidade, além de útil e praticável.

Segundo a Resolução 750/93, os princípios estão assim apresentados:

1. **Princípio da Entidade** – reconhece o patrimônio como objeto da Contabilidade. O patrimônio não se confunde com aqueles de seus sócios ou proprietários, no caso de sociedade ou instituição;

2. **Princípio da Continuidade** – deve considerar a continuidade ou não da entidade quando da classificação e avaliação das mutações patrimoniais, quantitativas ou qualitativas;

3. **Princípio da Oportunidade** – refere-se ao registro do patrimônio e de suas mutações, de imediato e com a extensão correta.

4. **Princípio do Registro pelo Valor Original** – os ativos devem ser incorporados pelo preço pago para adquiri-los ou fabricá-los, acrescidos de todos os gastos necessários para colocá-los em condições de gerar benefícios para a empresa, quer por venda ou por sua imobilização.

5. **Princípio da Atualização Monetária** – os efeitos da alteração do poder aquisitivo da moeda nacional devem ser reconhecidos nos registros contábeis

através do ajustamento da expressão formal dos valores dos componentes patrimoniais.

6. **Princípio da Competência** – as receitas e as despesas devem ser incluídas na apuração do resultado do período em que ocorrerem.

7. **Princípio da Prudência** – determina a adoção do menor valor para os componentes do Ativo e o maior valor para os do Passivo.

2.6 CONVENÇÕES CONTÁBEIS

São instrumentos que objetivam delimitar a abrangência dos princípios, ou seja, os princípios necessitam de instrumentos que estabeleçam parâmetros ou restrinjam os procedimentos operacionais quanto a sua utilização, com finalidade de manter uniforme, consistente e confiável a informação contábil.

"as chamadas convenções contábeis delimitam ou qualificam melhor o tipo de comportamento necessário do contador em face dos amplos graus de liberdade que os postulados e princípios lhe permitem abarcar" (IUDICIBUS, 1987, p.72).

As convenções estão classificadas da seguinte forma:

a) Objetividade - caso o contador disponha de duas fontes para a avaliação de certo bem, deverá escolher aquela que tenha documentação-suporte indicando adequadamente o valor do bem. A finalidade principal dessa convenção é restringir o excessivo liberalismo na escolha de valores.

b) Materialidade - a contabilidade deve registrar apenas os eventos dignos de atenção (relevantes) e na ocasião oportuna, com a finalidade de evitar desperdício de tempo e dinheiro.

c) Conservadorismo - o contador, por precaução, sempre que se defrontar com alternativas igualmente válidas para a atribuição de valores ao Ativo e Passivo, deverá optar por um valor mais baixo para o Ativo e um valor mais alto para o Passivo.

d) Consistência - é de extrema importância para que possamos efetuar a comparação entre os resultados da empresa período a período e em relação às demais empresas do setor. A idéia central dessa convenção é que uma vez adotado

determinado critério de contabilização, o mesmo não deve ser mudado com frequência para que não prejudique a comparabilidade dos resultados.

2.7 TÉCNICAS CONTÁBEIS

Segundo Neves e Viceconti (2002) “é o conjunto de procedimentos utilizados pela contabilidade para registrar ou levantar os fatos contábeis.”

As principais técnicas contábeis são:

- a) Escrituração;
- b) Demonstrações Contábeis ou Financeiras;
- c) Análise das Demonstrações Contábeis ou Financeiras;
- d) Auditoria;

Escrituração é a técnica utilizada para registrar os fatos contábeis ocorridos em uma entidade através de lançamentos registrados nos livros razão, diário, etc. É através da Escrituração Contábil que se torna possível a elaboração das Demonstrações Contábeis.

As Demonstrações Contábeis, também conhecidas como Relatórios Contábeis, tem como objetivo expor de forma resumida e ordenada os dados colhidos pela Contabilidade, para que os usuários utilizem da contabilidade os principais fatos registrados em determinado período.

As Demonstrações Contábeis determinadas pela Lei 6.404/76 são:

Balanço Patrimonial;

Demonstração do Resultado do Exercício;

Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;

Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;

Além das Demonstrações Contábeis acima relacionadas, temos as notas explicativas, que são complementos a estas demonstrações, a fim de enriquecer e evitar que estes relatórios se tornem enganosos.

Há certas informações que se tornam difíceis de ser indicadas nas demonstrações financeiras. Por exemplo: mudança de critério contábil; garantias oferecidas aos bancos que concederem empréstimos, taxa de juros, etc. Estas informações, portanto, serão evidenciadas em notas explicativas (MARION, 2002, p.52).

A análise das demonstrações financeiras ou contábeis pode ser definida como o estudo da situação financeira e patrimonial de uma determinada empresa ou entidade, com o objetivo de conhecer a realidade de uma situação ou de levantar os feitos de uma administração sob determinado ponto de vista.

A Auditoria tem por objetivo a revisão ou exame de contas de toda uma escrita, periódica ou constantemente, eventual ou definitivamente, objetivando determinar se obedece aos princípios contábeis geralmente aceitos, se está de acordo com os preceitos legais traçados para cada caso específico e se está baseada em documentos idôneos.

2.8 CONTABILIDADE DE CUSTOS

A Contabilidade de Custos teve origem nos primórdios do capitalismo, destacando-se a partir da Revolução Industrial, com o advento das indústrias, onde até então só existia a Contabilidade Financeira (ou Geral), esta desenvolvida na era mercantilista, supria as necessidades das empresas existentes na época, quando para fechar um balanço bastava apenas levantar o estoque físico. A maioria das empresas exercia atividade de comércio, sendo mais fácil a identificação do valor dos bens existentes, bastando consultar os documentos de aquisição.

A medida que os processos industriais e as atividades econômicas se tornavam mais complexos, surge uma maior importância de um controle dos estoques e o registro mais preciso dos custos de produção.

Até então, o sistema de apuração do resultado de cada período consistia em levantar os estoques físicos no início do período, adicionando as compras e deduzindo o que ainda restava em estoque, apurava o valor de aquisição das mercadorias vendidas, obedecendo à seguinte disposição:

Estoques Iniciais

(+) Compras

(-) Estoques Finais

(=) Custo das Mercadorias Vendidas

Confrontando o resultado obtido com as receitas de venda dos bens, chegava-se ao lucro bruto, do qual se deduzia as despesas incorridas no período (Administrativas, Financeiras e de Vendas), chegando assim ao resultado líquido do exercício.

Com o surgimento das indústrias, os estoques deixaram de ser apenas produtos destinados à venda, sendo incorporados a ele a matéria-prima, os produtos em elaboração e os produtos acabados. O contador a partir de então tem a função de atribuir os custos aos seus produtos. Iniciou-se assim a adaptação, com formação de critérios de avaliação de estoques, políticas de preço e análise da estrutura de custo (MARTINS, 2000: p 19-20).

2.8.1 Objetivos da Contabilidade de Custos

A princípio, a contabilidade de custos era utilizada apenas para resolver problemas de mensuração monetária dos estoques e do resultado e por não ser um instrumento de administração, deixou de ter uma evolução mais acentuada por um longo tempo.

Leone (1997, p.20) afirma:

A Contabilidade de Custos é o ramo da Contabilidade que se destina a produzir informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade, como auxílio às funções de determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações e de tomada de decisões.

Com o crescimento das empresas, passou a ser encarada como uma eficiente forma de auxílio no desempenho gerencial, no que diz respeito ao controle e às tomadas de decisões, fornecendo dados que permitam acompanhar o desenvolvimento das atividades, possibilitando a comparação dos valores, a fim de prever resultados e conseqüências de curto e longo prazo sobre as medidas e decisões tomadas pela administração.

Para Martins, (2000, p.22) “a Contabilidade de Custos acabou por passar, nessas últimas décadas, de mera auxiliar na avaliação de estoques e lucros globais para importante arma de controle e decisão gerenciais.”

2.8.2 Terminologia dos Custos

Na Contabilidade de Custos, alguns conceitos e nomenclaturas fundamentam os métodos de custeamento dos produtos. São definições que auxiliam na análise e tomada de decisão.

Custo – segundo Martins (2000, p.25) “Gasto relativo a bem ou serviço utilizado na produção de outros bens ou serviços”.

Entende-se como custo o sacrifício de recurso para adquirir bens ou serviços utilizados na produção de outros bens ou serviços. “Representa as múltiplas

aplicações de bens ou serviços, para obtenção de um bem de uso ou de troca.” (CALDERELLI, 2003, p.204).

Gasto – Sacrifício financeiro assumido pela empresa para obtenção de um produto ou serviço. É reconhecido no ato da passagem para a propriedade da empresa do bem ou serviço.

Segundo Martins (2000, p.25) “[...] Só existe gasto no ato da passagem para a propriedade da empresa do bem ou serviço, ou seja, no momento em que existe o reconhecimento contábil da dívida assumida ou da redução do ativo dado em pagamento”.

Investimento – São os bens e direitos registrados no ativo da empresa para baixa ou amortização, quando da venda, consumo, desvalorização, perecimento ou desaparecimento.

Martins (2000, p.25) afirma:

Todos os sacrifícios havidos pela aquisição de bens ou serviços (Gastos) que são “estocados” nos ativos da empresa para baixa ou amortização quando de sua venda, de seu consumo, de seu desaparecimento ou de sua desvalorização são especialmente chamados de investimentos.

Despesa – São os sacrifícios financeiros da empresa para obtenção de receitas. Implica em saída de dinheiro do caixa ou contração de dívida, com objetivo de gerar benefícios futuros.

De acordo com Martins (2000, p.26):

Todos os custos que são ou foram gastos se transformam em despesas quando da entrega dos bens ou serviços a que se referem. Muitos gastos são automaticamente transformados em despesas, outros passam primeiro pela fase de custos e outros ainda fazem à via-sacra completa, passando por investimento, custo e despesa.

Desembolso – Todo pagamento resultante da compra de um bem ou serviço. Martins (1998, p.86) define como “Todo o dinheiro que sai do Caixa pelo pagamento de uma Despesa, ou por outra aplicação qualquer, [...]”

Perda – Bem ou serviço consumido de forma anormal ou involuntária. Denominação dada a danos ou prejuízos, que implicam em redução do ativo.

“Não se confunde com a despesa (muito menos com o custo), exatamente pela sua característica de anormalidade e involuntariedade; não é um sacrifício feito com intenção de obtenção de receita.” (MARTINS 2000, p.26).

Departamentalização - Martins (2000, p.70) define departamento como “[...] a unidade mínima administrativa para a Contabilidade de Custos, representada por homens e máquinas (na maioria dos casos), que desenvolve atividades homogêneas”.

Pode-se dizer que é a divisão do setor administrativo e operacional em departamentos distintos, a fim de facilitar o controle dos custos de acordo com sua participação no processo em geral.

Cada departamento realiza suas atividades controlando seus próprios custos, administrando aqueles que estão sob sua responsabilidade.

2.8.3 Classificação dos Custos

Através da classificação dos custos, podemos verificar que alguns gastos podem ser apropriados aos produtos diretamente, enquanto outros não são diretamente identificados no processo produtivo e necessitam de uma alocação estimada, com base em rateios.

2.8.3.1 Custo de produção do período

É a soma dos custos incorridos no processo produtivo de um determinado período.

Os elementos que compõe o custo de produção podem ser divididos em custos diretos e custos indiretos.

2.8.3.2 Custo da produção acabada

Segundo Martins (2000, p.51):

Custo da Produção Acabada é a soma dos custos contidos na produção acabada no período. Pode conter Custos de Produção também de períodos anteriores existentes em unidades que só foram completadas no presente período.

Portanto, é o total de custos consumidos nos produtos concluídos (processo de fabricação) dentro de um período pré-fixado.

2.8.3.3 Custo dos produtos vendidos

É a soma dos custos incorridos na produção dos itens que estão sendo vendidos no período. Estes custos podem ter ocorrido em diversos períodos (em que as unidades foram produzidas).

2.8.3.4 Custos diretos

São os custos que podem ser diretamente apropriados aos produtos, bastando haver uma medida de consumo, pois são identificados no processo produtivo e no item em fabricação ou produção. Os custos diretos podem ser fixos ou variáveis.

“Os custos diretos são aqueles custos (ou despesas) que podem ser facilmente identificados com o objeto de custeio. São os custos diretamente identificados a seus portadores” (Leone 1997, p.49).

2.8.3.5 Custos indiretos

São os custos que não permitem uma alocação direta aos produtos, e sua apropriação deve ser feita por meio de rateios percentuais.

“[...] realmente não oferecem condição de uma medida objetiva e qualquer tentativa de alocação tem de ser feita de maneira estimada e muitas vezes arbitrária [...]” (MARTINS, 2000, p.53).

2.8.3.6 Custos fixos e variáveis

Uma outra classificação é aquela que relaciona os custos com o volume de atividade de um determinado período. Esta divide os custos em *fixos* e *variáveis*, de acordo com suas características.

Martins (2000, p.54) ressalta:

É de grande importância notar que a classificação em Fixos e Variáveis leva em consideração a unidade de tempo, o valor total de custos com um item nessa unidade de tempo e o volume de atividade. Não se trata, como no caso da classificação de Diretos e Indiretos, de um relacionamento com a unidade produzida.

2.8.3.6.1 Custos fixos

São aqueles que independem do volume de produção, ou seja, não se alteram de acordo com a quantidade produzida. Esses gastos são necessários para manter as atividades operacionais da empresa.

Na definição de Leone (1997, p.54):

São custos (ou despesas) que não variam com a variabilidade da atividade escolhida. Isto é, o valor total dos custos permanece praticamente igual mesmo que a base de volume selecionada como referencial varie. A mesma afirmação pode ser feita aqui, com relação à definição de custos fixos. Quando se diz que os custos fixos permanecem fixos diante das unidades produzidas, a definição está parcialmente correta, mas não é generalizada. É preciso definir os custos fixos como aqueles que não variam com o volume de uma atividade qualquer tomada como medida de referência. Atente, aqui, também, para o fato de que o custo fixo quando tomado em seus totais é realmente fixo quando analisado em face da variabilidade da base de volume. Entretanto, se tomado por seus valores unitários em face da unidade de medida da base de volume, o custo fixo é variável.

Deve-se atentar para o fato de que os custos fixos podem aumentar ou diminuir em função do aumento da capacidade produzida, quando o período de tempo for longo. É o caso da depreciação que, teoricamente, considera-se um custo fixo, no entanto, é possível um tratamento desses gastos como variáveis. É o caso onde cada unidade adicional de produto é a causa desse custo, assim como na contabilidade rural, em que o fluxo dos animais imobilizados faz com que ela se torne variável.

2.8.3.6.2 Custos variáveis

Os custos variáveis são determinados em função das oscilações na atividade da empresa, ou seja, varia de acordo com o montante produzido.

De acordo com Leone (1997, p.53):

São os Custos (ou Despesas) que variam de acordo com os volumes das atividades. Os volumes das atividades devem estar representados por bases de volume, que são geralmente medições físicas (...) toda a definição deve ser generalizada. Preferimos, portanto, definir "custo variável" como

aquele que varia com o volume de qualquer atividade que tenha sido escolhida como referencia. Atente, ainda, para o fato de que o "custo variável" no total é variável, mas, quando considerado como custo unitário diante do quantitativo da base de volume, ele é fixo.

Logo, um custo variável é constante por unidade e seu valor total varia proporcionalmente às variações de volume, surgindo somente quando a atividade é realizada, portanto em unidades os custos variáveis permanecem constantes e no total quanto maior o volume de produção ou atividade, maiores serão os custos.

2.9 MÉTODOS DE CUSTEIO

Custeio significa forma de apropriação de Custos, os métodos de custeio são de grande importância, pois permitem melhor alocação destes. Procura-se adotar o método que se enquadre ou que se identifique com o ramo de atividade ou com a quantidade da informação relevante disponível, para não haver distorções no rateio e não prejudicar os resultados.

2.9.1 Custeio real por absorção

Com a utilização desse método de custeio apropriam-se aos produtos fabricados todos os custos incorridos no processo de fabricação, sejam eles diretos ou indiretos, fixos ou variáveis, objetivando que os produtos ou a produção absorva todos os custos ligados a ela.

Fipecafi (1995, p.521)

[...] devem ser adicionados ao custo da produção os custos reais incorridos, obtidos através da contabilidade geral, e pelo sistema por absorção, o que significa a inclusão de todos os gastos relativos à produção, quer diretos, quer indiretos com relação a cada produto.

Este método é utilizado para avaliação de estoques e, de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, é o mais indicado.

Martins (2000, p.41-42), define Custeio por Absorção como:

[...] o método derivado da aplicação dos Princípios da Contabilidade geralmente aceitos [...] Consiste na apropriação de todos os custos de produção aos bens elaborados, e só os de produção; todos os gastos relativos ao esforço de fabricação são distribuídos para todos os produtos feitos.

2.9.2 Custeio variável (ou custeio direto)

De acordo com este método, somente são alocados aos produtos os custos variáveis, sendo que os custos fixos são considerados como despesas do período, ou seja, só constituem o custo do produto os custos variáveis incorridos na produção. Embora o custeio variável venha a ferir os Princípios Contábeis, principalmente o Regime de Competência e a Confrontação das Despesas com as Receitas, propicia valores confiáveis para a tomada de decisões.

Martins (2000, p.215) "...esse método significa apropriação de todos os Custos Variáveis, quer diretos, quer indiretos, e tão somente os variáveis."

Leone (1997, p.322) "O critério do custeio variável é muito útil para intervir no processo de planejamento e de tomada de decisões, até porque uma de suas potencialidades está centrada na análise da variabilidade das despesas e dos custos."

Concluindo, Martins (2000, p.216) reforça:

Com base, portanto, no Custeio Direto ou Custeio Variável, só são alocados aos produtos os custos variáveis, ficando os fixos separados e considerados como despesas do período, indo diretamente para o Resultado; para os estoques só vão, como consequência, custos variáveis.

Padoveze (1997, p.247), descreve as vantagens e desvantagens do custeio variável:

Vantagens:

o custo dos produtos são mensuráveis objetivamente, pois não sofrerão processos arbitrários ou subjetivos de distribuição dos custos comuns;

o lucro líquido não é afetado por mudanças de incremento ou diminuição de inventários;

os dados necessários para a análise das relações custo-volume-lucro são rapidamente obtidas do sistema de informação contábil;

é mais fácil para os gerentes industriais entenderem o custeamento dos produtos sob o custeio direto, pois os dados são próximos da fábrica e de sua responsabilidade, possibilitando a correta avaliação de desempenho setorial;

o custeamento direto é totalmente integrado com custo-padrão e orçamento flexível, possibilitando o correto controle de custos;

o custeamento direto constitui um conceito de custeamento de inventário que corresponde diretamente com os dispêndios necessários para manufaturar os produtos;

o custeamento direto possibilita mais clareza no planejamento do lucro e na tomada de decisões;

Desvantagens:

a exclusão dos custos fixos indiretos para valoração dos estoques causa sua subavaliação, fere os princípios contábeis e altera o resultado do período;

na prática, a separação de custos fixos e variáveis não é tão clara como parece, pois existem custos semi variáveis e semi fixos, podendo o custeamento direto incorrer em problemas semelhantes de identificação dos elementos de custeio;

o custeamento direto é um conceito de custeamento e análise de custos para decisões de curto prazo, mas subestima-se os custos fixos, que são ligados à capacidade de produção e de planejamento de longo prazo, podendo trazer problemas de continuidade para a empresa.

O custeio variável apropriada aos produtos somente os custos variáveis, sendo os fixos, considerados como despesas do período. Esta forma de custeio surgiu da necessidade do uso de valores (não arbitrários) para a tomada de decisões.

2.9.3 Custeio ABC – Custeio Baseado em Atividades

O sistema de custeio baseado em atividades é o que melhor atende as necessidades gerenciais de identificar o desempenho das atividades, os custos dos processos fundamentais e os custos das atividades que não agregam valor. Permite ainda levantar o balanço da qualidade e da produtividade e determinar as metas da indústria.

ABC é um método de rastrear os custos de um negócio ou departamento para as atividades realizadas e de verificar como estas atividades estão relacionadas para a geração de receitas e consumo dos recursos.

O ABC avalia o valor que cada atividade agrega para a performance do negócio ou departamento (CHING, 1997, p.41).

O ABC permite demonstrar detalhadamente os recursos consumidos pelas atividades em um determinado período, oferecendo condições para que se atenda às exigências legais com o mínimo de arbitrariedade na alocação dos custos indiretos.

No método de custeio baseado em atividades, ou ABC, assume-se, como pressuposto, que os recursos de uma empresa são consumidos por suas

atividades, e não pelos produtos que ela fabrica. Os produtos surgem como consequência das atividades consideradas estritamente necessárias para fabricá-los e/ou comercializá-los, e como forma de se entender as necessidades, expectativas e anseios de clientes (NAKAGAWA, 1994, p.39).

Para Padoveze (1997, p.251) o ABC é fundamentado no seguinte conceito: “produtos consomem atividades, atividades consomem recursos”.

2.10 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS MATERIAIS

2.10.1 PEPS

Segundo Fipecafi (1995, p.158):

Com base nesse critério, daremos baixa pelo custo de aquisição, da seguinte maneira: O Primeiro que Entra é o Primeiro que Sai (PEPS ou FIFO – First-In-First-Out). À medida que ocorrem as vendas ou o consumo, vai-se dando baixa, a partir das primeiras compras, o que equivale ao seguinte raciocínio: vendem-se ou consomem-se antes as primeiras mercadorias compradas.

Utilizando-se deste método, acaba-se apropriando um custo menor ao produto, pois as primeiras aquisições pressupõe-se que tenham sido feitas com menor valor que as atuais. Desta forma, ao ser apurado o resultado, verifica-se um lucro contábil maior para o exercício em que as mercadorias foram vendidas.

2.10.2 UEPS

Utilizando-se este método, dá-se baixa nas vendas pelo custo da última mercadoria que entrou no estoque, ou seja, o Último que Entra é o Primeiro que Sai (UEPS ou LIFO – Last-In-First-Out). Este método, por superavaliar o custo, provoca uma redução no lucro contábil, por conta disto, não é aceito pelo fisco.

Martins (2000, p. 129):

Com a adoção do UEPS, há tendência de se apropriar custos mais recentes aos produtos feitos, o que provoca normalmente redução do lucro contábil. Provavelmente por essa razão, essa forma de apropriação, apesar de aceita pelos princípios contábeis, não é admitida pelo Imposto de Renda brasileiro.

2.10.3 Preço Médio

Neste método, considera-se como custo de aquisição – ao dar baixa nas vendas – o preço médio das compras. “Neste critério, o valor médio de cada unidade em estoque se altera pelas compras de outras unidades por um preço diferente” (FIPECAFI 1995, p.161).

Este método de avaliação é o mais utilizado no Brasil, e apresenta-se sob duas formas: Preço Médio Ponderado Móvel e Preço Médio Ponderado Fixo.

Preço médio ponderado móvel – é utilizado por empresas que mantêm controle constante de seus estoques, sendo estes atualizados após a aquisição de novos materiais.

Preço médio ponderado fixo – é utilizado por empresas que mantêm controle periódico de seus estoques, ou seja, calcula-se o custo do produto após o encerramento do exercício. Este método não é aceito pela legislação fiscal brasileira se for calculado em períodos maiores que o prazo médio de rotação dos estoques.

2.11 IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE CUSTOS

Para implantar um sistema de custos, deve-se primeiramente observar as rotinas do processo produtivo, identificando todos os aspectos relevantes que compõe a base de produção de um determinado produto.

O desenvolvimento do sistema depende do comprometimento das pessoas envolvidas na produção, para que estas forneçam e alimentem a base de dados. E contudo, precisa de pessoas especializadas que aprimorem continuamente o sistema, adequando-o as necessidades da empresa.

Para a determinação do sistema de custos que será utilizado, deve-se verificar qual objetivo se deseja alcançar. Para tanto, torna-se necessário verificar quais as informações que o usuário necessita.

Apesar de sua utilidade ser de grande relevância, deve-se tomar cuidado em não gerar informações desnecessárias, pois para gerar informações através de um sistema de custos é necessário muito tempo, que às vezes seu custo em relação ao benefício faz com que deixe de ser viável. Deve-se então avaliar a necessidade de se avaliar, sendo que pode ser irrelevante em relação aos custos totais.

2.12 VIABILIDADE DE INVESTIMENTOS

A análise de viabilidade está relacionada especificamente ao estudo do retorno do valor investido, podendo gerar ganhos ou perdas. Versa sobre a comparação entre o investimento e ao seu retorno, considerando suas receitas, seus custos e seu lucro.

O estudo de viabilidade é uma ferramenta administrativa que deve ser usada tanto antes de se realizar um investimento quanto no decorrer de suas atividades operacionais, com o fim de identificar se a empresa deve prosseguir com aquela atividade ou não, pois toda aplicação de capital (investimento) busca gerar um retorno.

2.12.1 Viabilidade Econômica

Parte-se do pressuposto de que a viabilização de qualquer negócio começa sempre pelo aspecto econômico. Dentre as várias oportunidades, existe sempre a possibilidade de se identificar a mais atraente para escolher a melhor - um empreendimento pelo qual se possa obter um retorno o mais rápido possível - tudo dentro de estimativas realistas e levantamento de custos confiáveis. Em outras palavras, busca-se inicialmente o lucro, o benefício projetado para o futuro e alguma garantia de que ele será realmente obtido.

O preço ou benefício deverá ser maior do que o custo, e as receitas, ou entradas, deverão ser maiores que os gastos, ou saídas.

[...] quando a decisão de investir está baseada apenas na análise comparativa da quantidade de recursos entrantes e de saídas referentes ao custeio do empreendimento, resultando em um lucro, trata-se de viabilização econômica (SILVA, 1995).

2.12.2 Viabilidade Financeira

Devemos considerar que na implantação de um novo negócio ocorre a necessidade de investimento de capital.

Embora o investimento gere receitas, via de regra, superior aos custos de

produção, a receita entra no caixa bem depois da necessidade de recursos para a implantação do investimento. A implantação do investimento através da aquisição de terreno, construção civil, aquisição de máquinas, equipamentos e outros, exigem que se coloque antecipadamente uma quantidade de recursos para alavancar a sua produção.

Portanto, o estudo de viabilidade econômico-financeira é tal que pretende caracterizar um empreendimento que proporcione um lucro aos investidores em períodos futuros.

Entretanto, não deve, uma análise prévia de viabilidade, se restringir a uma análise econômico-financeira, pois esta não leva em consideração os fatores não quantificáveis que influenciam na qualidade dos indicadores do resultado final do negócio.

2.12.3 Princípios de Análise e Indicadores

Visto a grande quantidade de fatores intervenientes e o período que decorre entre o momento da decisão e o de geração da receita, torna-se necessário analisar objetivamente a viabilidade econômica e financeira do mesmo, empregando as técnicas gerais de análise de custos e orçamento acrescidos das peculiaridades relativas àquela atividade. No processo decisório é importante levar em consideração a diferença entre a disponibilidade de capital no presente e no futuro. Isto decorre da existência de incertezas e da necessidade de remunerar o capital, através de uma taxa de juros. O dinheiro é um recurso escasso, existindo um preço, que são os juros pagos pelo direito de uso deste bem.

Para que o estudo de viabilidade se aproxime da realidade, deve-se partir de um bom cenário, dispor de um bom modelo matemático para simulação, conhecer os indicadores de qualidade fornecidos pelo modelo de cálculo e saber interpretar os indicadores, estabelecendo critérios particulares de decisão (SILVA, 1995, p.21).

Decidir é escolher entre alternativas disponíveis, após uma análise baseada nos critérios. Caso haja apenas um investimento em estudo, seu rendimento deverá ser comparado ao rendimento de aplicações financeiras correntes no mercado, disponíveis ao investidor para o mesmo volume de recursos. As taxas destas

aplicações serão os parâmetros de comparação, definindo a taxa mínima de atratividade deste investimento.

3 METODOLOGIA

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada, a partir da definição da pesquisa, dos métodos utilizados para a coleta de informações e as possíveis conclusões que o trabalho permita a se chegarem.

3.1 DEFINIÇÃO DO TIPO DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada pelo método de estudo de caso, através de coleta de dados que permitiu determinar os custos unitários, assim como os custos totais que envolvem o processo produtivo. Dessa maneira desenvolver informações necessárias à implantação de um Sistema de Custos, contribuindo de forma direta para futuras previsões orçamentárias.

Segundo Lakatos (1994, p.51):

A pesquisa é um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos fatos de dados, relações ou leis, em qualquer campo do conhecimento. A pesquisa, portanto, é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.

Este tipo de pesquisa permite novas descobertas, pois ao longo do estudo, depara-se com fatos que despertam interesse e com eventuais problemas que requerem soluções, possibilitando maior envolvimento como objetivo proposto.

A pesquisa foi realizada na empresa C.Vale – Cooperativa Agroindustrial, em sua Unidade de Produção de Lenha e de Cavacos de Lenha, situada no interior da cidade de Palotina.

3.2 DEFINIÇÃO DAS PERGUNTAS DA PESQUISA

Como é o processo produtivo da Unidade de Produção de Lenha e de Cavacos de Lenha?

Qual é o custo para se produzir lenha e cavacos de lenha?

Que elementos compõem a formação dos custos? E qual destes consome os maiores recursos?

O investimento realizado no setor é viável?

3.3 MÉTODO DE COLETA DE DADOS

A pesquisa foi realizada de várias maneiras, com o intuito de coletar dados para a implantação de um sistema de custos de produção de lenha e de cavacos de lenha, para posterior análise, conclusão e possíveis recomendações.

Através de utilização do sistema da empresa, foram verificados os custos e despesas incorridos no período analisado;

Análise dos relatórios disponíveis;

Visita ao local da pesquisa, para observar a rotina do processo de produção;

Consulta a arquivo e documentos em geral;

Entrevista com os responsáveis da área para esclarecimento de dúvidas e apoio no desenvolvimento do trabalho;

Coleta de dados reais do valor comercial dos produtos.

3.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados apurados foram analisados de forma detalhada, verificando-se o montante de recursos consumidos na Unidade Produtora de Lenha e Cavacos de Lenha necessários para manter a produção, bem como o fornecimento de informações através da implantação do sistema de custeio.

Para a análise da viabilidade do investimento, levou-se em consideração os seguintes fatores:

- custo da produção própria de lenha;
- custo de aquisição de lenha de terceiros para transformação em cavacos;
- custo de aquisição de cavacos no mercado;
- custo de transformação da lenha em cavacos;

3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa elaborada respeitou certas limitações estabelecidas por padrões de conduta, as normas internas da empresa e as particularidades de cada pesquisador.

Os resultados obtidos servirão de fonte de dados para possíveis comparações e análise no mesmo segmento, mas sempre se levando em consideração as características particulares de cada empresa.

A implantação do sistema de custeio ocorreu através dos dados coletados, e as conclusões e recomendações baseiam-se nos resultados apurados.

O estudo da viabilidade do investimento levou em consideração a necessidade do produto para o setor de consumo e a disponibilidade do mesmo no mercado.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

4.1 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA (AGOSTO/2005)

Razão Social: C.Vale – Cooperativa Agroindustrial

CNPJ: 77.863.223/0001-07

I.E: 414.00463-67

Nome Fantasia: C.Vale

Endereço: Av. Independência, 2347, Caixa Postal 171, CEP 85950-000, Palotina - Pr, Telefone (0XX44) 3649-8181, Fax (0XX44) 3649-8168

E-mail: cvale@cvale.com.br

Diretor Presidente: Alfredo Lang

Diretor Vice-Presidente: Ademar Luiz Pedron

Diretor Secretário: Darcy Ioris

Conselho de Administração: Airton José Moreira, Harri Gringutsch, Inácio Sapelli, João Telles Morilha, José Antonio Tondo e Walter Andrei Dal'Boit.

Conselho Fiscal: Erni Arndt, Volmar Hendgens e José Pasqualotto.

Data da Fundação: 07/11/1963

Forma Jurídica: Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada.

Ramo de Atividade: Agropecuária, Comércio e Indústria

Produtos Comercializados: Soja, Milho, Trigo, Triguilho, Aveia, Triticale, Café, Mandioca, Algodão, Arroz, Sorgo, Feijão, Canola, Girassol, Cevada, Suínos, Leite e Aves.

Bens de Consumo: Produtos de Supermercado, Peças e Acessórios, Produtos Veterinários, Insumos para Agricultura em Geral.

Bens Industrializados: Amido de Mandioca, Rações, Frangos e Derivados.

Número de Funcionários : 4.037

Número de Associados: 7.699

Valor do Patrimônio Líquido (31/12/2005): R\$ 249.568.073,64

Valor do Faturamento Líquido (31/12/2005): R\$ 1.130.194.097,47

Missão: Produzir Alimentos com Excelência.

Visão de Futuro: Ser a Melhor Empresa no Segmento de Alimentos.

Áreas de Ação: Paraná, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Santa Catarina e Paraguai.

Paraná: Palotina, Assis Chateaubriand, Terra Roxa, Maripá, Francisco Alves, Brasilândia do Sul, Alto Piquiri, Clevelândia.

Mato Grosso do Sul: Rio Brilhante, Fátima do Sul, Amambaí, Dourados, Caarapó, Itaporã, Tacurú, Naviraí, Aral Moreira, Laguna Carapã, Itaquiraí.

Mato Grosso: Diamantino, Nova Mutum, Sorriso, Sinop, Santa Carmem, Vera.

Santa Catarina: Abelardo Luz e Faxinal dos Guedes.

Paraguai: Puente Kija, Encruzo Guarani, Katuetê

4.2 HISTÓRICO DA EMPRESA

A fim de buscar saídas para dificuldades como a aquisição de insumos, falta de locais para armazenar a produção e os baixos preços dos produtos, um grupo de 24 agricultores pioneiros de Palotina fundou a Cooperativa Agrícola Mista de Palotina Ltda – CAMPAL em 07 de novembro de 1963. O objetivo da Cooperativa era proporcionar aos associados à defesa de seus interesses econômicos, promovendo a venda comum de sua produção agrícola ou pecuária, visando sempre à obtenção de melhores preços e qualidade.

A CAMPAL permaneceu inativa durante seis anos. As duas primeiras direções da entidade tiveram como preocupações básicas a obtenção dos registros legais da Cooperativa e de recursos que possibilitassem a construção de sua estrutura para o início de suas atividades.

As construções das primeiras instalações da CAMPAL foram iniciadas no dia 15 de julho de 1969. Em primeiro de agosto do mesmo ano, a CAMPAL começou a receber trigo, o que marcou oficialmente o início das atividades da Cooperativa.

Em 11 de janeiro de 1970, a Cooperativa sentindo a necessidade de ampliar as suas instalações, contratou financiamento junto ao BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento de Extremo-Sul, para construir o seu primeiro armazém com capacidade para armazenar 60.000 sacas de 60 kg.

Segue a relação da data de abertura das unidades:

- 1972** - Vila Candeia (Palotina - agora pertencente a Maripá PR).
- 1974** - Alteração da razão social para Cooperativa Agrícola Mista Vale do Piquirí Ltda – COOPERVALE; entreposto em Assis Chateaubriand; filiação à Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda – COTRIGUAÇU.
- 1976** – Unidade Santa Rita D'Oeste (Terra Roxa/PR).
- 1980** – Unidade de Terra Roxa (PR).
- 1981** – Unidade em Diamantino e Nova Mutum (MT), Maripá (PR).
- 1982** – Unidade de Pérola Independente (Maripá/PR) e Usina de Descaroçamento de Algodão (Assis Chateaubriand/PR).
- 1984** - Unidade de Vila Nice (Assis Chateaubriand/PR).
- 1985** – Unidade de Encantado do Oeste e Terra Nova (Assis Chateaubriand/PR); Abelardo Luz e Faxinal dos Guedes (SC).
- 1986** - Escritório administrativo das unidades de Assis Chateaubriand e Maripá (PR).
- 1987** – Início das atividades do supermercado da COOPERVALE (Palotina/PR); unidade de Alto Santa Fé (Nova Santa Rosa/PR).
- 1988** - Usina de Descaroçamento de Algodão (Terra Roxa/PR); unidade de São Camilo (Palotina/PR).
- 1990** - Criação da Acessoria de Planejamento e Assuntos Estratégicos; unidade de Novo Horizonte (Nova Mutum/MT).
- 1991** - Indústria de transformação de mandioca em amido, em São José (Terra Roxa/PR).
- 1996** - Supermercado COOPERVALE de Assis Chateaubriand (PR); unidade do Bairro Catarinense (Francisco Alves/PR).
- 1997** - Complexo Avícola com a marca de produtos C.Vale (Palotina/PR), que compreendia: Matriseiro, Incubatório, Aviários de Campo, Fábrica de Rações e Abatedouro.
- 1998** - Unidade de São Francisco (Assis Chateaubriand/PR).
- 1999** - Unidades de Paulistânia, Alto Piquirí e Brasilândia do Sul (Assis Chateaubriand/PR).
- 2000** – Unidades de Sorriso e Sinop (MT); unidade de Rio Brillhante (MS).
- 2001** - Unidade de Fátima do Sul (MS).
- 2002** - Unidades de Amambaí, Dourados e Caarapó (MS); unidade de Santa Carmem (MT); Amidonaria de Navegantes (Assis Chateaubriand/PR).

2003 - Unidade de Itaporã (MS); unidade de Vera (MT); Unidade Produtora de Leitões – UPL em Vila Floresta (Palotina/PR); realização de uma Assembléia Geral Extraordinária onde foi aprovada a alteração de sua razão social para C.Vale – Cooperativa Agroindustrial.

2005 – no dia 08 de abril houve o grande evento de inauguração da Fábrica de Rações, Desativadora de Soja, Ampliação do Complexo Avícola e Industrializados (Palotina/PR).

Através do histórico da empresa, percebe-se a capacidade empreendedora da mesma e a preocupação na obtenção de melhores resultados. Com a modernização da C.Vale, a sobrevivência diante de um mercado competitivo e globalizado parece uma realidade possível de ser alcançada. O esforço e a organização da empresa são pontos fundamentais para que esses objetivos sejam alcançados.

4.3 UNIDADE DE PRODUÇÃO DE CAVACOS

A Unidade de Produção de Cavacos surgiu através de estudos realizados por técnicos da empresa, onde constataram que o cavaco de lenha é capaz de produzir maior energia calorífica do que a lenha em toletes, fazendo assim com que além de diminuir os custos com produção de energia calorífica, também contribua para a preservação do meio ambiente.

Como a empresa já possuía um reflorestamento de aproximadamente 1.200 ha de área para a produção de eucaliptos, decidiu-se então implantar uma unidade a qual transformasse a lenha (toletes e galhos) em cavacos.

Toda a produção é consumida unicamente pela C.Vale nas indústrias de amido de mandioca, fábrica de rações, desativadora de soja, abatedouro de aves e no beneficiamento de produtos agrícolas, na produção de energia calorífica em secadores de grãos e nas caldeiras de produção de vapor.

Abaixo se apresenta fotos do reflorestamento e da indústria de lenha e de cavacos de lenha.

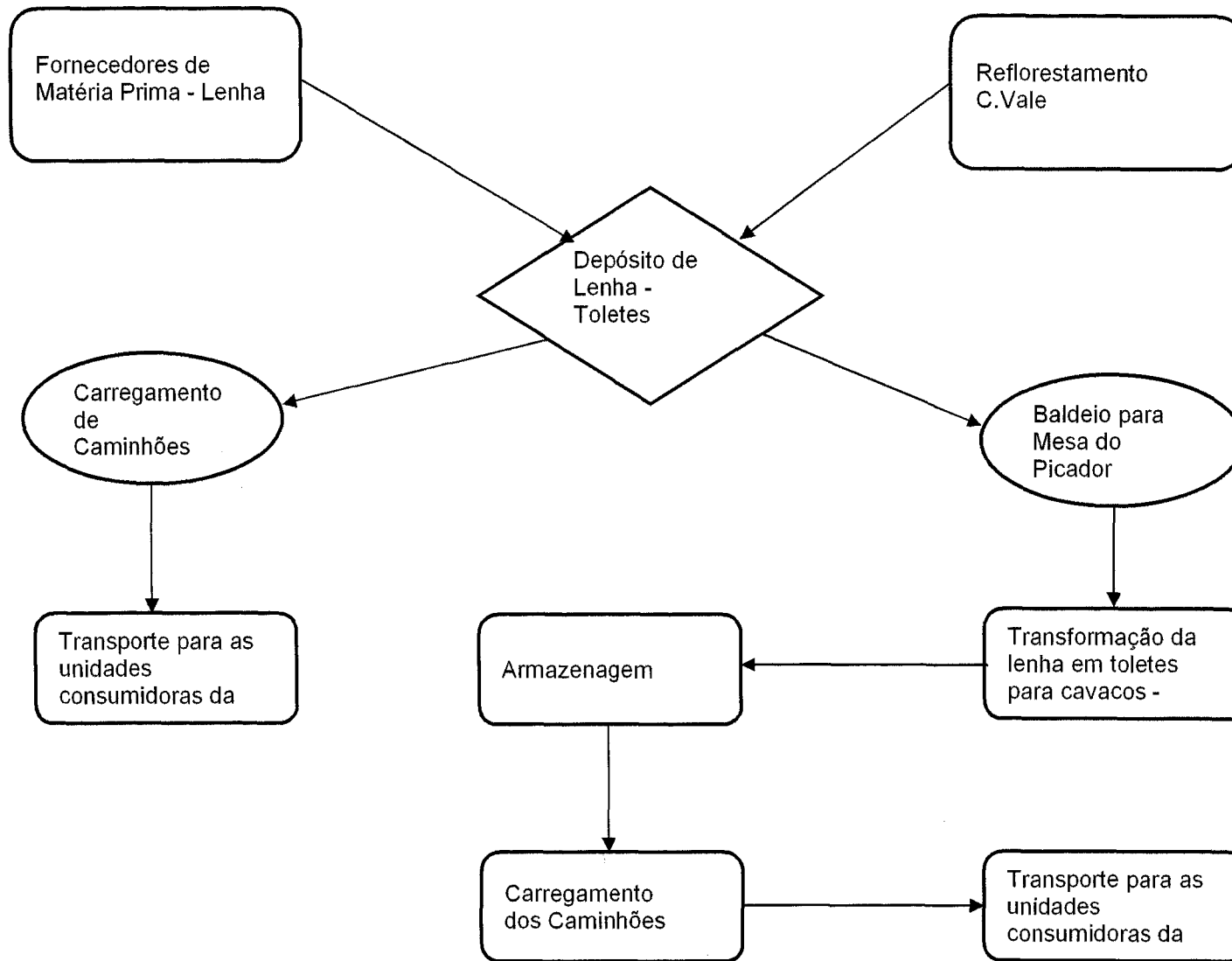
FIGURA 1 – REFLORESTAMENTO

FONTE: Foto fornecida pela empresa

FIGURA 02 – UNIDADE PRODUÇÃO DE CAVACOS

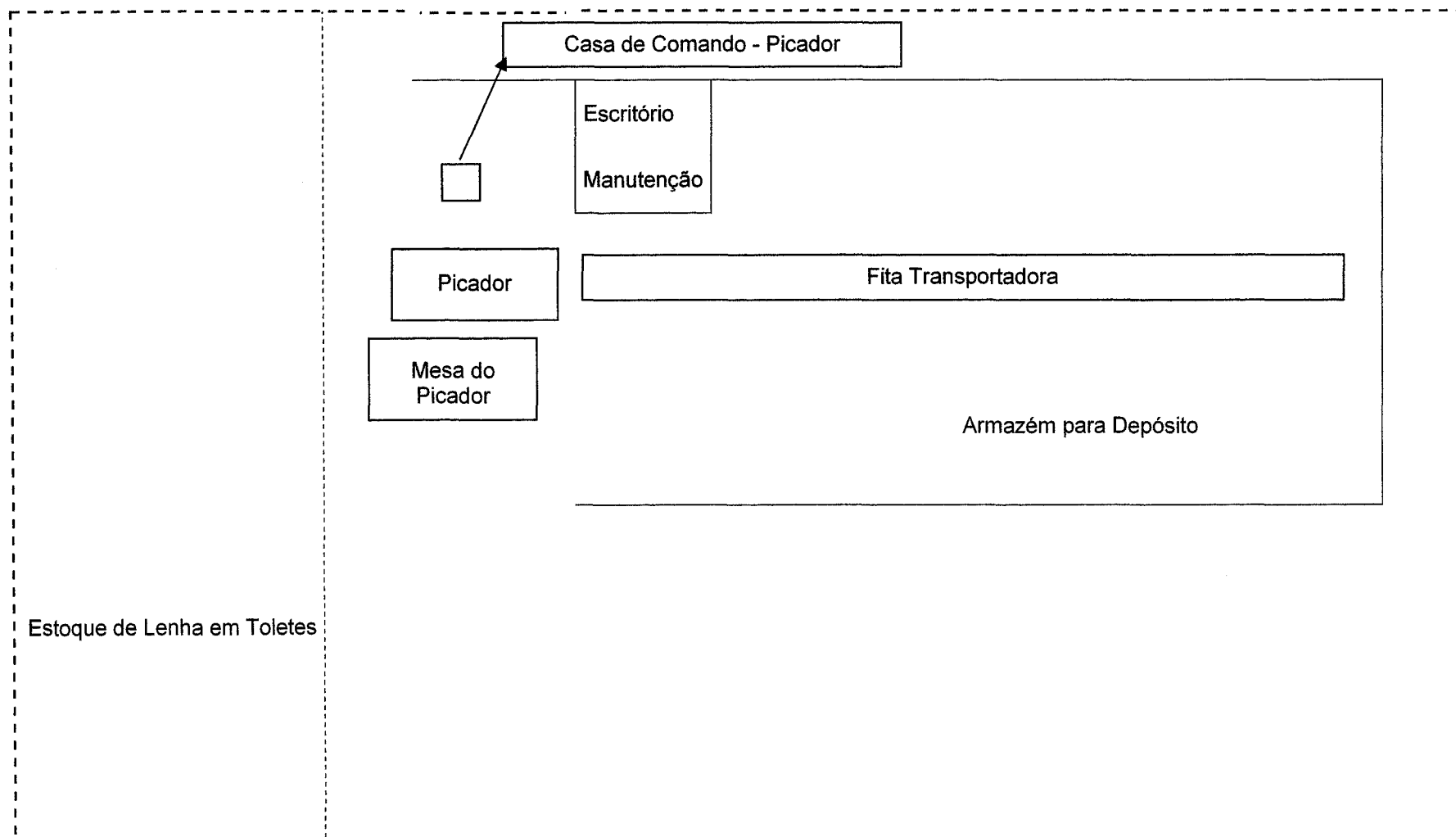
FONTE: Foto fornecida pela empresa

FIGURA 3 – FLUXOGRAMA DA UNIDADE DE PRODUÇÃO DE LENHA E DE CAVACOS DE CAVACO



FONTE: Dados da Empresa.

FIGURA 4 – IMPLANTAÇÃO DA INDÚSTRIA



FONTE: Dados da Empresa.

4.4 PLANO DE CONTAS

Apresenta-se abaixo um plano de contas explicativo para um melhor entendimento da classificação dos gastos incorridos na produção.

Nome da Conta	Descrição da Contabilização
FATURAMENTO BRUTO	Total da recuperação dos custos nas transferências realizadas para as filiais.
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	
Prédios e Edificações	Gastos referentes a manutenções gerais em prédios e edifícios.
Máquinas e Equipamentos	Gastos referentes a manutenções de máquinas e equipamentos.
Higiene e Limpeza	Gastos com produtos de limpeza em geral e pessoal.
Bens de Pequeno Valor	Gastos com aquisição de bens de pequeno valor.
DEPRECIACÕES	
Prédios e Armazéns	Depreciação de prédios e armazéns.
Benfeitorias	Depreciação das benfeitorias.
Máquinas e Equipamentos	Depreciação de máquinas e equipamentos.
Móveis e Utensílios	Depreciação de móveis e utensílios.
CPD – Equipamentos de Informática	Depreciação de equipamentos de informática.
Veículos	Depreciação de veículos.
Outras	Depreciação dos bens não integrantes nos itens acima.
CONSUMO	
Combustíveis e Lubrificantes	Gastos com aquisições de combustíveis e lubrificantes de uso nas máquinas e equipamentos.

Nome da Conta	Descrição da Contabilização
Energia Elétrica	Gastos com energia elétrica.
Fotocópias e Encadernações	Gastos com fotocópias e encadernações.
Material de Expediente	Gastos com material de expediente.
Veículos	Gastos com veículos (combustíveis, lubrificantes e manutenções).
COMUNICAÇÃO	
Correios e Telefone	Gastos com correios e telefones.
SEGUROS	
Bens Móveis e Imóveis	Gastos com seguros de bens móveis, imóveis e estoque.
PESSOAL – Salários e Encargos	
Salário Bruto	Gastos com salário bruto do pessoal
Horas Extras	Gastos com horas extras funcionários
Adicional e Bonificações	Adicional e bonificações funcionários
Encargos Sociais	Encargos s/ salários dos funcionários
Trabalhistas	Gastos com processos trabalhistas
Provisão de Férias	Provisão para férias
Provisão de 13º Salário	Provisão para 13º salário
Unimed	Gastos com plano de saúde
Assistência Odontológica	Gastos com assistência odontológica
Vale Alimentação	Gastos com vale alimentação
Vale Transporte	Gastos com vale transporte
Refeitório	Gastos realizados no refeitório
Seguro de Vida	Gastos com seguro de vida
Associação de Funcionários	Contribuição para associação recreativa dos funcionários
MATERIAIS USO / CONSUMO	
Cantina	Gastos com alimentação
E.P.I.s	Gastos com equipamentos de proteção individual

Nome da Conta	Descrição da Contabilização
SERVIÇOS DE TERCEIROS	
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica	Serviços Prestados por Pessoa Física
Prestação de Serviços Pessoa Física	Serviços Prestados por Pessoa Física
Encargos s/ Serviços s/ Vínculo Empregatício	Encargos sobre dispêndios com contratação de serviços
TRIBUTÁRIAS	
Imposto s/ Propriedade	Gastos com imposto sobre propriedade territorial rural
Taxas e Contribuições	Gastos com taxas e contribuições

FONTE: Dados fornecidos pela empresa.

4.5 CUSTOS INDIRETOS

4.5.1 Depreciação

A tabela abaixo apresenta o valor de aquisição e da depreciação mensal dos bens do patrimônio, a qual foi calculada de acordo com a legislação em vigor, utilizando-se os seguintes prazos de depreciação dos bens:

Bem	Depreciação em:	
	Anos	Meses
Terrenos	- 0 -	- 0 -
Edificações e Dependências	25	300
Móveis e Utensílios	10	120
Máquinas e Equipamentos	10	120
Veículos	5	60
Benfeitorias	25	300
Equipamentos de Informática	5	60

TABELA 01 - BENS DO PATRIMÔNIO (VALOR DE AQUISIÇÃO)

Bens do Patrimônio								
Descrição	Refloresta- mento	%	Lenha	%	Central Cavacos	%	Total	%
Imóveis	896.098,58	100,00%	-	0,00%	-	0,00%	896.098,58	100,00%
Edificações e Dependências	7.417,89	3,00%	-	0,00%	239.845,11	97,00%	247.263,00	100,00%
Móveis e Utensílios	-	0,00%	-	0,00%	1.132,80	100,00%	1.132,80	100,00%
Máquinas e Equipamentos	-	0,00%	29.972,00	6,77%	413.008,00	93,23%	442.980,00	100,00%
Veículos	1.015,38	30,00%	676,92	20,00%	1.692,30	50,00%	3.384,60	100,00%
Benfeitorias	9.169,20	20,00%	-	0,00%	36.676,80	80,00%	45.846,00	100,00%
Equipamentos de Informática	149,04	15,00%	149,04	15,00%	695,52	70,00%	993,60	100,00%
Total	913.850,09	55,80%	30.797,96	1,88%	693.050,53	42,32%	1.637.698,58	100,00%

FONTE: Dados fornecidos pela empresa.

TABELA 02 - RATEIO DA DEPRECIACÃO MENSAL DOS BENS DO PATRIMÔNIO

Depreciação Mensal								
Descrição	Refloresta- mento	%	Lenha	%	Central Cavacos	%	Total	%
Imóveis	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Edificações e Dependências	24,73	3,00%	-	0,00%	799,48	97,00%	824,21	100,00%
Móveis e Utensílios	-	0,00%	-	0,00%	9,44	100,00%	9,44	100,00%
Máquinas e Equipamentos	249,77	6,34%	249,77	6,34%	3.441,73	87,33%	3.941,27	100,00%
Veículos	16,92	30,00%	11,28	20,00%	28,21	50,00%	56,41	100,00%
Benfeitorias	30,56	20,00%	-	0,00%	122,26	80,00%	152,82	100,00%
Equipamentos de Informática	2,48	15,00%	2,48	15,00%	11,59	70,00%	16,56	100,00%
Total	324,47	6,49%	263,53	5,27%	4.412,71	88,24%	5.000,71	100,00%

FONTE: Dados fornecidos pela empresa.

4.5.2 Custos com Mão de Obra

Nas tabelas abaixo estão evidenciados os cálculos dos custos com mão de obra, sendo que os dados fornecidos pela empresa foram apresentados em número total de funcionários por atividade e o total de gastos com mão de obra direta e assistência social a funcionários.

TABELA 3 – RATEIO DE FUNCIONÁRIOS POR ATIVIDADE

Número de Funcionários por Setor							
Mês	Reflorest.	Corte	Baldeio	Transporte	Indústria	Escritório	Total
jan/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0
fev/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0
mar/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0
abr/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0
mai/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0
jun/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0
jul/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0
ago/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0
set/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0
out/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0
nov/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0
dez/05	1,7	-	-	-	3,8	0,5	6,0

FONTE: Dados fornecidos pela empresa.

TABELA 04 - MÃO DE OBRA DIRETA

Mão de Obra Direta (R\$)								
Mês	Salário Bruto	Horas Extras	Adicional Noturno	Encargos Sociais	Trabalhistas	Provisão p/ Férias	Prov. 1 3º Salário	Total
jan/05	4.987,64	95,09	34,48	2.106,23	-	687,20	687,20	8.597,84
fev/05	4.523,23	26,32	28,74	2.158,03	-	690,29	690,29	8.116,90
mar/05	5.351,21	28,14	30,65	2.771,94	147,00	559,84	559,84	9.448,62
abr/05	4.510,83	-	20,99	2.057,85	-	550,98	550,98	7.691,63
mai/05	5.032,67	169,12	28,58	2.371,27	-	627,00	627,00	8.855,64
jun/05	5.179,10	56,28	82,01	2.411,01	-	626,70	626,70	8.981,80
jul/05	5.785,87	3,90	34,88	2.656,08	-	770,21	770,21	10.021,15
ago/05	5.333,15	30,09	41,47	2.689,70	-	1.032,80	1.032,80	10.160,01
set/05	4.670,25	-	31,25	2.659,25	456,60	646,25	646,25	9.109,85
out/05	5.344,42	65,54	88,46	2.468,63	-	600,37	600,37	9.167,79
nov/05	4.960,23	142,93	32,28	2.342,32	-	620,78	620,78	8.719,32
dez/05	3.544,16	35,18	47,36	1.761,15	-	608,81	608,81	6.605,47
Total	59.222,76	652,59	501,15	28.453,46	603,60	8.021,23	8.021,23	105.476,02

FONTE: Dados fornecidos pela empresa.

TABELA 5 - ASSISTÊNCIA SOCIAL A FUNCIONÁRIOS

Assistência Social Funcionários (R\$)								
Mês	Cantina e Refeitório	Vale Transporte	Medicamentos	Vale Alimentação	Uniformes e E.P.I.s	Assist. Odontológ.	Unimed	Seguro de Vida
jan/05	686,40	319,90	-	133,04	148,17	-	357,92	24,01
fev/05	286,00	218,40	-	121,50	78,22	111,46	400,07	21,91
mar/05	384,59	304,50	-	118,40	-	601,31	373,08	22,29
abr/05	117,92	-	-	73,45	91,31	-	415,96	19,94
mai/05	463,76	(62,16)	-	107,96	27,31	-	389,89	21,36
jun/05	153,49	531,86	158,17	165,07	189,95	70,39	391,48	20,43
jul/05	348,48	78,00	-	174,29	-	254,85	395,20	21,48
ago/05	635,20	-	-	169,17	-	-	441,07	21,97
set/05	249,19	-	-	167,12	31,42	-	371,37	23,19
out/05	368,44	162,58	-	168,17	81,02	-	365,69	21,04
nov/05	352,00	-	-	165,15	-	26,88	366,86	21,85
dez/05	(95,04)	(40,42)	-	165,15	-	171,11	384,34	21,67
Total	3.950,43	1.512,66	158,17	1.728,47	647,40	1.236,00	4.652,93	261,14

FONTE: Dados fornecidos pela empresa.

TABELA 6 - RATEIO MÃO DE OBRA DIRETA

Mão de Obra Direta (Mensal)							
Mês	Reforest.	Corte	Baldeio	Transporte	Indústria	Escritório	Total
jan/05	2.436,05	-	-	-	5.445,30	716,49	8.597,84
fev/05	2.299,79	-	-	-	5.140,70	676,41	8.116,90
mar/05	2.677,11	-	-	-	5.984,13	787,39	9.448,62
abr/05	2.179,30	-	-	-	4.871,37	640,97	7.691,63
mai/05	2.509,10	-	-	-	5.608,57	737,97	8.855,64
jun/05	2.544,84	-	-	-	5.688,47	748,48	8.981,80
jul/05	2.839,33	-	-	-	6.346,73	835,10	10.021,15
ago/05	2.878,67	-	-	-	6.434,67	846,67	10.160,01
set/05	2.581,12	-	-	-	5.769,57	759,15	9.109,85
out/05	2.597,54	-	-	-	5.806,27	763,98	9.167,79
nov/05	2.470,47	-	-	-	5.522,24	726,61	8.719,32
dez/05	1.871,55	-	-	-	4.183,46	550,46	6.605,47
Total	29.884,87	-	-	-	66.801,48	8.789,67	105.476,02

FONTE: Dados fornecidos pela empresa.

4.5.3 Custo da Produção de Lenha

A tabela nº 07 apresenta os custos necessários para a produção de lenha por hectare, levando-se em consideração desde a implantação até a colheita, perfazendo um período de sete anos.

TABELA 07 - CUSTO DE PRODUÇÃO DE LENHA POR HÁ

CUSTO DE PRODUÇÃO DE LENHA POR HA			
CUSTOS	Quantidade	Vlr. Unitário (R\$)	Total (R\$)
IMPLANTAÇÃO			1.198,00
Coveamento	05 Diárias	29,00	145,00
Mudas	2.700 Mudanças	0,20	540,00
Capina Inicial e Enleiramento	08 Diárias	27,00	216,00
Adubação	270 Kg	0,70	189,00
Mão de Obra - Plantio	04 Diárias	27,00	108,00
MANUTENÇÃO			495,00
Capinas	15 Diárias	27,00	405,00
Controle de Formigas	15 Kg	6,00	90,00
EXTRAÇÃO			5.535,00
Mão de Obra - Derrubada e Corte	300 Unid	9,39	2.817,00
Baldeio	300 Unid	9,06	2.718,00
OUTROS			197,04
Rateio Mão de Obra - Central	84 Meses	2.490,41	174,33
Depreciações	84 Meses	324,47	22,71
CUSTO TOTAL POR HA			7.425,04
PRODUÇÃO MÉDIA POR HA (EM TON)			300,00
CUSTO MÉDIO POR TON			24,75

FONTE: Dados fornecidos pela empresa.

4.5.4 Custo de Transformação de Lenha em Cavacos por Tonelada

A tabela 08 apresenta os custos mensais de transformação de lenha em cavacos de lenha por tonelada. Com base nos dados fornecidos pela empresa efetuamos a classificação e o rateio dos custos e encontramos o valor da transformação da lenha em cavacos.

TABELA 08 - CUSTOS DE TRANSFORMAÇÃO

CUSTOS DE TRANSFORMAÇÃO													
CUSTOS	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	mai/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	Custo Médio
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	4.553,63	2.289,98	3.942,53	6.365,15	(4.398,88)	6.252,48	2.163,68	1.385,07	5.701,52	(458,59)	1.524,52	1.627,72	2.579,07
Prédios e Edifícios	105,24	-	250,27	-	-	183,80	502,44	88,31	42,00	(851,55)	42,00	42,00	33,71
Máquinas/Equipamentos/Móveis	4.381,66	2.130,18	3.585,17	6.273,20	(4.459,39)	5.969,77	1.132,26	1.210,52	5.364,07	334,58	1.414,42	1.473,34	2.400,82
Pesq./Contribuições	66,73	159,80	59,86	53,95	60,51	60,41	520,11	64,51	244,53	58,38	57,81	57,95	122,05
Higiene e Limpeza	-	-	47,23	38,00	-	38,50	8,87	21,73	50,92	-	-	54,43	21,64
Bens de Pequeno Valor	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10,29	-	0,86
CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO	6.005,27	20.017,61	19.218,32	15.377,63	8.585,94	20.215,45	12.824,29	23.612,98	9.424,70	26.460,29	3.456,19	15.552,02	15.062,56
Imóveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações e Dependências	799,48	799,48	799,48	799,48	799,48	799,48	799,48	799,48	799,48	799,48	799,48	799,48	799,48
Móveis e Utensílios	9,44	9,44	9,44	9,44	9,44	9,44	9,44	9,44	9,44	9,44	9,44	9,44	9,44
Máquinas e Equipamentos	3.441,73	3.441,73	3.441,73	3.441,73	3.441,73	3.441,73	3.441,73	3.441,73	3.441,73	3.441,73	3.441,73	3.441,73	3.441,73
Veículos	28,21	28,21	28,21	28,21	28,21	28,21	28,21	28,21	28,21	28,21	28,21	28,21	28,21
Benfeitorias	122,26	122,26	122,26	122,26	122,26	122,26	122,26	122,26	122,26	122,26	122,26	122,26	122,26
Equipamentos de Informática	11,59	11,59	11,59	11,59	11,59	11,59	11,59	11,59	11,59	11,59	11,59	11,59	11,59
CONSUMO	3.133,63	10.245,43	9.821,85	8.513,66	4.602,07	10.493,89	6.641,64	12.135,58	5.128,60	13.936,99	2.332,54	8.131,56	7.926,45
Combustíveis e Lubrificantes	445,69	7.058,90	6.944,09	3.885,71	1.013,57	6.127,14	1.489,45	7.426,28	13,88	7.878,26	(4.199,72)	3.804,98	3.490,69
Energia Elétrica	2.410,85	2.701,69	2.432,20	2.966,67	2.910,71	3.582,83	4.676,15	4.039,53	4.265,95	4.633,45	5.308,27	3.603,89	3.627,68
Fotocópias e Encadernações	3,51	-	8,59	-	48,00	-	5,46	-	4,68	-	3,51	-	6,15
Material de Expediente	8,68	4,29	6,51	12,22	8,34	20,29	9,02	19,97	10,26	1,44	115,61	9,27	18,83

TABELA 08 - CUSTOS DE TRANSFORMAÇÃO (continuação)

CUSTOS	CUSTOS DE TRANSFORMAÇÃO												Custo Médio
	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	mai/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	
Veículos	264,90	480,55	430,46	1.649,06	621,45	763,63	461,56	649,80	833,83	1.423,84	1.104,87	713,42	783,11
COMUNICAÇÃO	(4,03)	-	-	-	-	-	-	17,27	34,05	21,03	-	115,22	15,30
Correios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Telefone	(4,03)	-	-	-	-	-	-	17,27	34,05	21,03	-	115,22	15,30
SEGUROS	176,70	159,60	176,70	171,00	176,70	171,00	225,95	226,30	219,00	226,30	497,38	226,30	221,08
Bens Móveis/Imóveis/Estoques	176,70	159,60	176,70	171,00	176,70	171,00	225,95	226,30	219,00	226,30	497,38	226,30	221,08
MÃO DE OBRA	6.161,79	5.817,11	6.771,51	5.512,33	6.346,54	6.436,96	7.181,82	7.281,34	6.528,73	6.570,25	6.248,85	4.733,92	6.299,26
Mão de Obra	6.161,79	5.817,11	6.771,51	5.512,33	6.346,54	6.436,96	7.181,82	7.281,34	6.528,73	6.570,25	6.248,85	4.733,92	6.299,26
ASSIT. SOCIAL FUNCIONÁRIOS	1.669,44	1.237,56	1.804,17	718,58	948,12	1.680,84	1.272,30	1.267,41	842,26	1.166,94	932,74	606,81	1.178,93
Cantina e Refeitório	686,40	286,00	384,59	117,92	463,76	153,49	348,48	635,20	249,16	368,44	352,00	(95,04)	329,20
Vale Alimentação	133,04	121,50	118,40	73,45	107,96	165,07	174,29	169,17	167,12	168,17	165,15	165,15	144,04
Vale Transporte	319,90	218,40	304,50	-	(62,16)	531,86	78,00	-	-	162,58	-	(40,42)	126,06
Assist. Odontológica	-	111,46	601,31	-	-	70,39	254,85	-	-	-	26,88	171,11	103,00
Unimed	357,92	400,07	373,08	415,96	389,89	391,48	395,20	441,07	371,37	365,69	366,86	384,34	387,74
Medicamentos	-	-	-	-	-	158,17	-	-	-	-	-	-	13,18
Seguro de Vida	24,01	21,91	22,29	19,94	21,36	20,43	21,48	21,97	23,19	21,04	21,85	21,67	21,76
E.P.I.s	148,17	78,22	-	91,31	27,31	189,95	-	-	31,42	81,02	-	-	53,95

TABELA 08 - CUSTOS DE TRANSFORMAÇÃO (continuação)

CUSTOS	CUSTOS DE TRANSFORMAÇÃO												Custo Médio
	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	mai/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	
TRIBUTÁRIAS	1.198,22	(748,52)	(656,50)	-	451,70	-	576,00	-	3.851,28	(53,02)	-	380,08	416,60
ICMS	-	(774,52)	(753,60)	-	-	-	576,00	-	-	(53,02)	-	-	(83,76)
Imposto s/ Propriedade	304,53	-	-	-	-	-	-	-	3.851,28	-	-	-	346,32
Taxas e Contribuição	893,69	26,00	97,10	-	451,70	-	-	-	-	-	-	380,08	154,05
DESPESAS C/ VENDAS	12.988,67	21.116,79	10.999,18	24.870,48	14.658,95	29.839,42	33.013,08	23.999,62	9.284,76	16.643,96	29.409,23	16.985,52	20.317,47
Fretes	12.988,67	21.116,79	10.999,18	24.870,48	14.658,95	29.839,42	33.013,08	23.999,62	9.284,76	16.643,96	29.409,23	16.985,52	20.317,47
TOTAL	35.883,31	60.135,57	52.077,77	61.528,84	31.371,14	75.090,04	63.898,77	69.925,57	41.014,90	64.514,15	44.401,45	48.359,15	54.016,72

FONTE: Dados fornecidos pela empresa.

CÁLCULO DO CUSTO MÉDIO DE TRANSFORMAÇÃO DE LENHA EM CAVACOS/TONELADA

Produção Mensal de Cavacos	1.103,54	1.794,12	934,51	2.113,04	1.245,45	2.535,21	2.804,85	2.039,05	788,85	1.414,10	2.498,66	1.443,12	1.726,21
Custo Médio de Transformação	32,52	33,52	55,73	29,19	25,19	29,62	22,78	34,29	51,99	45,62	17,77	33,51	31,29

FONTE: Dados fornecidos pela empresa.

4.5.5 Demonstração do Resultado do Exercício - DRE

Apresentamos abaixo o demonstrativo mensal do resultado do exercício, com base nos cálculos apresentados neste trabalho. Nota-se que a atividade em estudo não tem o objetivo de lucro, ela apenas transfere para as demais unidades os seus custos a título de ressarcimento de custos, por se tratar de filiais da mesma empresa.

TABELA 09 - DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (DRE)
UNIDADE PRODUTORA DE LENHA E DE CAVACOS DE LENHA
EXERCÍCIO DE 2005

Contas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL
Receita	54.144,87	49.608,59	35.261,62	31.716,43	57.937,18	67.675,75	43.362,03	45.687,45	49.226,42	38.433,83	15.615,73	6.031,50	494.701,40
Receita com Transferências	54.144,87	49.608,59	35.261,62	31.716,43	57.937,18	67.675,75	43.362,03	45.687,45	49.226,42	38.433,83	15.615,73	6.031,50	494.701,40
(-) Custos	(32.314,10)	(42.417,74)	(35536,55)	(48.330,50)	(25.294,30)	(57.419,43)	(53.913,80)	(48.191,26)	(34.171,32)	(40.651,40)	(43.415,73)	(34.678,68)	(497.334,82)
Diretos	9.737,18	8.742,80	10.256,11	7.883,00	9.365,20	9.832,22	10.621,92	10.964,38	9.526,13	9.866,98	9.236,47	6.635,16	112.667,55
Alimentação	686,40	286,00	384,59	117,92	463,76	153,49	348,48	635,20	249,16	368,44	352,00	(95,04)	3.950,40
Mão de Obra Direta	8.597,84	8.116,90	9.448,62	7.691,63	8.855,64	8.981,80	10.021,15	10.160,01	9.109,85	9.167,79	8.719,32	6.605,47	105.476,02
Vale Transporte e Vale Alimentação	452,94	339,90	422,90	73,45	45,80	696,93	252,29	169,17	167,12	330,75	165,15	124,73	3.241,13
Indiretos	22.576,92	33.674,94	25.280,44	40.447,50	15.929,10	47.587,21	43.291,88	38.226,88	24.645,19	30.784,42	34.179,26	28.043,52	384.667,27
Depreciação	4.412,71	4.412,71	4.412,71	4.412,71	4.412,71	4.412,71	4.412,71	4.412,71	4.412,71	4.412,71	4.412,71	4.412,71	52.952,52
Conservação e Manutenção	4.553,63	2.289,98	3.942,53	6.365,15	(4.398,88)	6.252,48	2.163,68	1.385,07	5.701,52	(458,59)	1.524,52	1.627,72	30.948,81
Consumo	3.133,63	10.245,43	9.821,85	8.513,66	4.602,07	10.493,89	6.641,64	12.135,58	5.128,60	13.936,99	2.332,54	8.131,56	95.117,44
Comunicação	(4,03)	-	-	-	-	-	-	17,27	34,05	21,03	-	115,22	183,54
Assist. Social aos Funcionários	530,10	611,66	996,68	527,21	438,56	830,42	671,53	463,04	425,98	467,75	415,59	577,12	6.955,64
Taxas Tributárias	1.198,22	(748,52)	(656,50)	-	451,70	-	576,00	-	3.851,28	(53,02)	-	380,08	416,60
Seguros	176,70	159,60	176,70	171,00	176,70	171,00	225,95	226,30	219,00	226,30	497,38	226,30	2.652,93
Fretes	12.988,67	21.116,79	10.999,18	24.870,48	14.658,95	29.839,42	33.013,08	23.999,62	9.284,76	16.643,96	29.409,23	16.985,52	243.809,67
Resultado	21.830,77	7.190,85	(274,93)	(16.614,07)	32.642,88	10.256,32	(10.551,77)	(3.503,81)	(15.055,10)	(2.217,57)	(27.800,00)	(28.647,18)	(2.633,41)

FONTE: Desenvolvido pelo autor.

A receita apresentada neste demonstrativo refere-se ao valor de transferência dos cavacos de lenha, transferidos da central de cavacos para as unidades industriais consumidoras da C.Vale, para a geração de energia calorífica.

Os custos diretos e indiretos estão apresentados em seu total mensal rateados entre as unidades.

O resultado do exercício de 2005 foi apurado no montante de R\$ 2.633,41 (dois mil seiscientos e trinta e três reais e quarenta e um centavos).

4.5.6 Análise da Viabilidade do Investimento

Apresentaremos a seguir um comparativo entre os custos de produção e aquisição resultante dos cálculos desenvolvidos através da elaboração deste trabalho.

4.5.6.1 Demonstrativo de custos

A tabela 10 apresenta um comparativo entre os custos de produção encontrados através do desenvolvimento deste trabalho.

TABELA 10 - CÁLCULO DA VIABILIDADE

COMPARATIVO PRODUÇÃO LENHA			
PRODUÇÃO DE LENHA	Fonte	Unidade	
1 - Produção Média na Região (ha)	Tabela 07	ton	300
2 - Custo Produção (ton)	Tabela 07	R\$	24,75
3 - Custo Produção (ha)	Tabela 07	R\$	7.425,04
4 - Valor Médio Comercialização (ton)	Fornecido pela empresa	R\$	80,00
5 - Receita Bruta (ha)	Item 1 X 4	R\$	24.000,00
6 - Custo Produção (ha)	Tabela 07	R\$	7.425,04
7 - Lucro (ha)	Item 5 (-) 6	R\$	16.574,96
8 - Tempo de Produção	Fornecido pela empresa	Anos	7,00
9 - Lucro Anual	Item 7 / 8	R\$	2.367,85

4.5.6.2 Comparativo de resultados da produção

As tabelas 10 e 11, bem como o gráfico abaixo apresentam os custos de produção propostos neste trabalho, bem como a economia com gastos de consumo de cavacos de lenha, alavancando os resultados econômicos da empresa.

TABELA 11 - COMPARATIVO DOS CUSTOS

COMPARATIVO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO	
Descrição	Valor (R\$)
1 - Custo de Produção Própria de Lenha - Eucaliptos	24,75
2 - Custo de Aquisição de Lenha de Terceiros	94,12
3 - Custo de Transformação da Lenha em Cavacos	31,29
4 - Custo de Aquisição de Cavacos de Terceiros	90,00
5 - Custo do Cavaco com Lenha de Produção Própria	56,04
6 - Custo do Cavaco com Lenha Adquirida de Terceiros	125,41

Fonte:

1 – Valor extraído da tabela 07;

2 – Valor fornecido pela empresa através de dados históricos de aquisição;

3 – Valor extraído da tabela 08;

4 - Valor fornecido pela empresa através de dados históricos de aquisição;

5 – Custo de produção própria de lenha (R\$ 24,75) mais o custo de transformação da lenha em cavacos (R\$ 31,29);

6 – Custo de aquisição de lenha de terceiros (R\$ 94,12) mais o custo de transformação da lenha em cavacos (R\$ 31,29);

O custo do cavaco com lenha de produção própria corresponde a 62,27% do custo de aquisição de cavacos de terceiros e, ainda, corresponde a 44,69% do custo do cavaco com lenha adquirido de terceiros.

O custo de aquisição de cavacos de terceiros é 60,59% maior do que a produção própria e 28,24% menor do que os cavacos produzidos com lenha adquirida de terceiros.

Os cavacos produzidos com lenha adquirida de terceiros tem um custo de 123,78% maior do que a produção com lenha própria e 37,73% maior do que a compra de cavacos de terceiros.

O custo de produção própria do cavaco é composto do valor da produção da lenha em área própria (R\$ 24,75), acrescido do custo de transformação da lenha em cavacos de lenha (R\$ 31,29).

O custo de produção com compra de lenha é composto pelo valor de mercado da lenha (R\$ 94,12), mais o custo de transformação da lenha em cavacos de lenha (R\$ 31,29).

Para o custo da compra de cavacos é levado em consideração o valor atual de mercado.

GRÁFICO 1 – CUSTO DO CAVACO

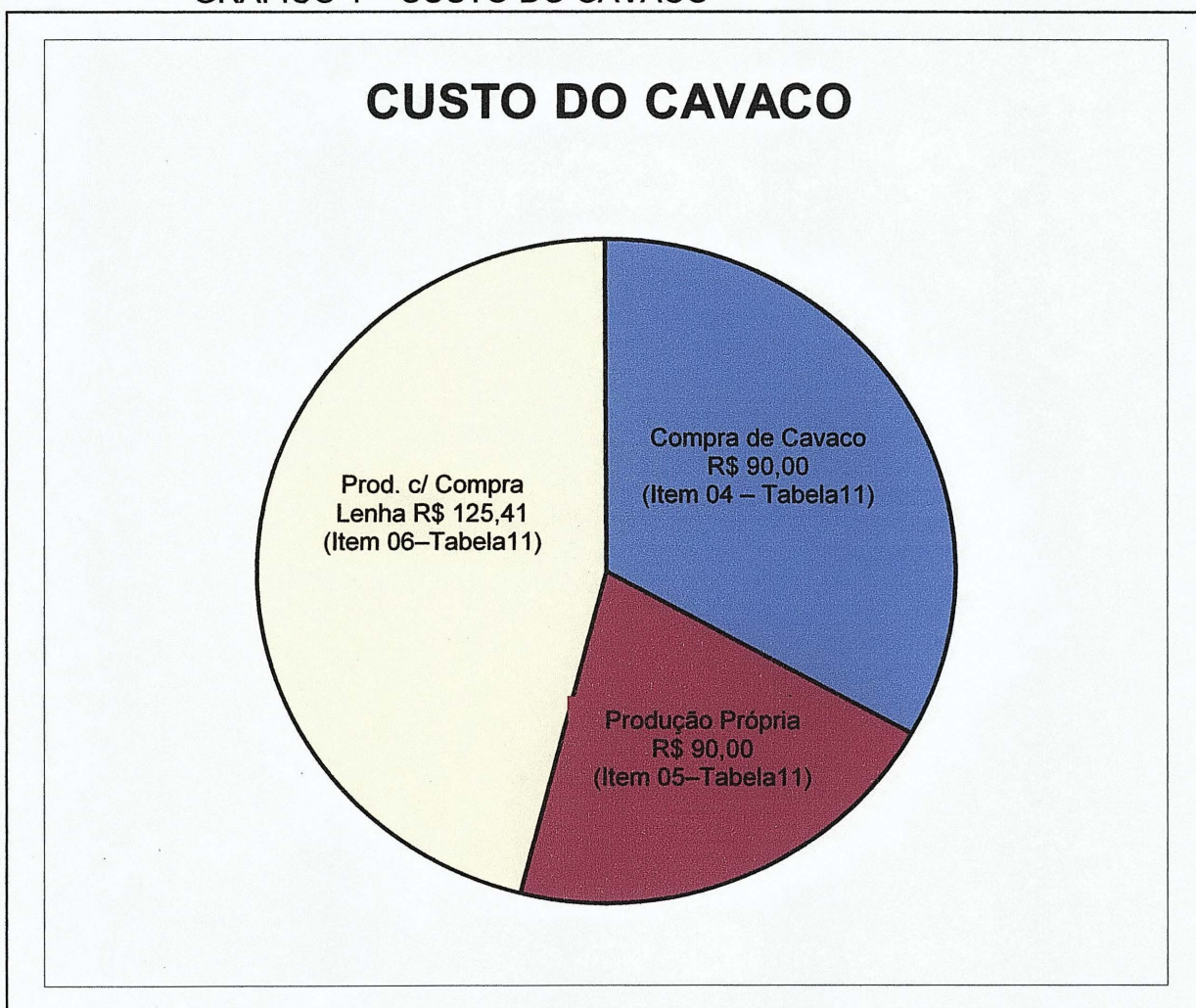


TABELA 12 - CONSUMO ANUAL

COMPARATIVO DO CONSUMO ANUAL		
Descrição	Fonte	Valor
1 - Consumo Médio Anual de Cavacos	Fornecido pela empresa	25.000 ton
2 - Custo do Cavaco Produzido com Lenha Adquirida de Terceiros	Item 06 da Tabela 11	R\$ 125,41/ ton
3 - Dispendio Total Anual	Item 01 X 02	R\$ 3.135.250,00
4 - Custo de Aquisição de Cavacos de Terceiros	Item 04 da Tabela 11	R\$ 90,00 / ton
5 - Dispendio Total Anual	Item 01 X 04	R\$ 2.250.000,00
6 - Custo do Cavaco com Lenha de Produção Própria	Item 05 da Tabela 11	R\$ 56,04 / ton
7 - Dispendio Total Anual	Item 01 X 06	R\$ 1.401.000,00
8 - Economia Anual do Cavaco de Produção Própria em Relação ao Adquirido de Terceiros	Item 03 (-) 05	R\$ 885.250,00
9 - Economia Anual do Cavaco de Produção Própria em Relação ao Produzido com Lenha Adquirida de Terceiros	Item 03 (-) 07	R\$ 1.734.250,00

FONTE: Desenvolvido pelo autor.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

5.1 CONCLUSÃO

Através da realização deste trabalho na unidade de produção de lenha e de cavacos de lenha da C.Vale – Cooperativa Agroindustrial, identificamos os custos de produção de lenha, de aquisição de terceiros e o de transformação de lenha em cavacos de lenha.

Objetivou-se identificar e alocar todos os custos incorridos na produção, os pontos do processo produtivo em que os recursos são consumidos, identificados nas tabelas anteriormente apresentadas.

Através dos resultados encontrados podemos concluir que o investimento realizado pela empresa é viável, uma vez que o custo do cavaco produzido com lenha de produção própria é de R\$ 56,04 (cinquenta e seis reais e quatro centavos) por tonelada, quando o custo do cavaco produzido com lenha adquirida de terceiros é de R\$ 125,41 (cento e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos) por tonelada, e o custo para aquisição do cavaco pronto para o consumo é de R\$ 90,00 (noventa reais) por tonelada.

A empresa consome em torno de 25.000 (vinte e cinco mil) toneladas de cavacos por ano, que faz com que se comparado os gastos entre o valor da produção própria e o valor do custo de aquisição do cavaco de terceiros podemos concluir que o consumo do cavaco de produção própria proporciona uma economia de R\$ 855.250,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil e duzentos e cinquenta reais) anual e se comparado ao custo com produção de cavaco com lenha adquirida de terceiros a economia é de R\$ 1.734.250,00 (um milhão setecentos e trinta e quatro mil e duzentos e cinquenta reais) por ano.

Através do trabalho podemos identificar a importância e a contribuição de um estudo de viabilidade no processo de tomada de decisões, uma vez que concluído o trabalho percebemos que o investimento é viável para a empresa e caso a empresa não tivesse elaborado tal estudo correria o risco de estar desembolsando um valor significativo de seu orçamento, aumentando assim seus custos de produção.

5.2 RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se a empresa manter a produção de lenha e de cavacos de lenha;

Utilizar ao máximo da produção própria reduzindo seus custos e tendo um melhor aproveitamento dos custos fixos;

Efetuar o rateio dos custos por atividade, identificando seus custos de produção de lenha e os de transformação da lenha em cavacos de lenha, fazendo com que proporcione uma melhor análise de seus resultados.

REFERÊNCIAS

- CALDERELLI, Antônio. **Enciclopédia contábil e comercial brasileira**. 28. ed. São Paulo: CETEC, 2003.
- CHING, Hong Yuh. **Gestão Baseada em Custeio por Atividades**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- FAVERO, Hamilton Luiz, **Contabilidade – Teoria e Prática**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2005.
- FIPECAFI; **Manual das Sociedades por Ações**, 5 ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- HENDRIKSEN, ELDON S., BREDÁ, VAN F. MICHEL. **Teoria da Contabilidade**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade: Para o Nível de Graduação**. 01. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu, GELBCKE, Ernesto Rubens. **FIPCAFI - Manual das Sociedades por Ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1987.
- LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos da Metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: planejamento, implantação e controle**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MARION, José Carlos. **Contabilidade da Pecuária**: manejo do gado, teoria contábil na pecuária, custo e coleta de dados, contabilidade (plano de contas e manualização), imposto de renda na agropecuária, pessoa física e jurídica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

NAKAGAWA, Masayuki. **Gestão estratégica de Custos**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo. **Contabilidade Básica**. 11. ed. São Paulo: Frase, 2002.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo. **Contabilidade Avançada – Análise das Demonstrações Financeiras**, 11 ed. São Paulo: Frase, 2002.

PADOVEZE, Clóvis L. **Contabilidade Gerencial**: um enfoque em sistemas de informação contábil. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SÁ, A. Lopes de; **Análise de Balanços e Demonstrações Contábeis**, São Paulo: Atlas, 1980.

SÁ, A. Lopes de: **RBC - Revista Brasileira de Contabilidade**, Ano XXXII, nº 139, Janeiro/Fevereiro 2003.

ANEXOS

Produção Mensal

	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	mai/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	TOTAL
Produção (Cavacos + Lenha)													
Produção de Cavacos													-
Produção de Cavacos de Galhos												32,00	32,00
Produção de Cavacos de adquiridos de terceiros	-	-	689,26	2.113,04	533,09	743,00	1.255,42	550,22	220,16	1.364,10	1.701,63	1.181,96	10.351,88
Produção de Lenha (Torretes 2,4 m)	1.103,54	1.794,12	245,25		712,36	1.792,21	1.549,43	1.488,83	568,69	50,00	797,03	229,16	10.330,62
Produção de Lenha (Torretes 1,0 m)													-
Total	1.103,54	1.794,12	934,51	2.113,04	1.245,45	2.535,21	2.804,85	2.039,05	788,85	1.414,10	2.498,66	1.443,12	20.714,50
													-
Aquisição de Lenha													-
Aquisição de Lenha Terceiros	-												-
Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
													-
Consumo (Cavacos + Lenha)													-
Cavacos Consumidos/Transferidos Unidades	1.678,47	1.522,39	790,90	396,41	1.535,54	1.853,61	980,27	1.306,39	1.522,62	827,00	207,96	238,97	12.860,53
Cavacos Consumidos/Transferidos do Local 88			689,26	2.113,04	533,09	743,00	1.255,42	550,22	220,16	1.364,10	1.701,63	1.181,96	10.351,88
Lenha Consumida pelas Unidades 2,4 M													-
Lenha Consumida pelas Unidades 1,0 M	97,24	113,13	69,94	70,31	90,93	224,71	111,12	-				60,02	837,40
Total Consumo	1.775,71	1.635,52	1.550,10	2.579,76	2.159,56	2.821,32	2.346,81	1.856,61	1.742,78	2.191,10	1.909,59	1.480,95	24.049,81
													-
Estoque (Cavacos + Lenha)													-
Estoque Informado de Cavacos	978,00	1.020,00	474,35	325,00	150,00		1.295,00	594,00	288,60	900,00	576,00	994,00	7.594,95
Estoque Informado de Lenha 2,0 m	1.543,00	1.659,60	1.589,66	1.315,42	-		200,00	200,00	118,80		621,00	645,00	7.892,48
Estoque Informado de Lenha 1,0 m													-
Total	2.521,00	2.679,60	2.064,01	1.640,42	150,00	-	1.495,00	794,00	407,40	900,00	1.197,00	1.639,00	15.487,43

Matéria Prima Consumida

Mês	Lenha Adquirida de Terceiros			Lenha Produção Própria			Custo Total M.P.
	Quantidade (ton)	Custo (R\$ / ton)	Total (R\$)	Quantidade (ton)	Custo (R\$ / ton)	Total (R\$)	
jan/05	-	75,00	-	1.103,54	24,75	27.312,77	27.312,77
fev/05	-	75,00	-	1.794,12	24,75	44.404,72	44.404,72
mar/05	689,26	75,00	51.694,50	245,25	24,75	6.069,97	57.764,47
abr/05	2.113,04	75,00	158.478,00	-	24,75	-	158.478,00
mai/05	533,09	75,00	39.981,75	712,36	24,75	17.631,01	57.612,76
jun/05	743,00	75,00	55.725,00	1.792,21	24,75	44.357,44	100.082,44
jul/05	1.255,42	75,00	94.156,50	1.549,23	24,75	38.343,65	132.500,15
ago/05	550,22	75,00	41.266,50	1.488,83	24,75	36.848,75	78.115,25
set/05	220,16	75,00	16.512,00	568,69	24,75	14.075,16	30.587,16
out/05	1.364,10	75,00	102.307,50	50,00	24,75	1.237,51	103.545,01
nov/05	1.701,63	75,00	127.622,25	797,03	24,75	19.726,60	147.348,85
dez/05	1.181,96	75,00	88.647,00	229,16	24,75	5.671,74	94.318,74
Total	10.351,88	75,00	776.391,00	10.330,42	24,75	255.679,31	1.032.070,31

Bens do Patrimônio

Descrição	Reflorestamento	Lenha	Central de Cavacos	Total
Imóveis	14.388.000,00	-	12.000,00	14.400.000,00
Edificações e Dependências	8.159,68	-	263.829,62	271.989,30
Móveis e Utensílios	-	-	1.359,36	1.359,36
Máquinas e Equipamentos	-	35.966,40	495.609,60	531.576,00
Veículos	7.000,00	3.000,00	10.000,00	20.000,00
Benfeitorias	10.086,12	-	40.344,48	50.430,60
Equipamentos de Informática	178,85	178,85	834,62	1.192,32
Total	14.413.424,65	39.145,25	823.977,69	15.276.547,58



Cooperativa Agroindustrial

"Respeitar a natureza, buscando a conservação do meio ambiente"

DEPARTAMENTO OPERACIONAL - DEOPE

PROJETO DE VIABILIDADE

CUSTO IMPLANTAÇÃO EUCALIPTOS

2006

CUSTO DE IMPLANTAÇÃO DE EUCALIPTOS POR HA

Obs:

MUDAS			
Mudas a serem plantadas			2.700
Custo Unitário			0,20
Custo Total com Mudas			540,00
CAPINA			
	Diárias	Vi. Unit.	Vi. Total
Capina Inicial e Enleiramento	8,00	27,00	216,00
Capinas de Manutenção (duas vezes)	15,00	27,00	405,00
Custo Total com Capina	23,00	54,00	621,00
COVEAMENTO			
	Diárias	Vi. Unit.	Vi. Total
Coveamento	5,00	29,00	145,00
Custo Total com Coveamento	5,00	29,00	145,00
ADUBAÇÃO			
	Kg	Vi. Unit.	Vi. Total
Adubação	270,00	0,70	189,00
Custo Total com Adubação	270,00	0,70	189,00
MÃO DE OBRA PLANTIO			
	Diárias	Vi. Unit.	Vi. Total
Diárias	4,00	27,00	108,00
Custo Total com Plantio	4,00	27,00	108,00
CONTROLE DE FORMIGAS			
	Kg	Vi. Unit.	Vi. Total
Três aplicações de iscas sistematicamente	15,00	6,00	90,00
Custo Total com Controle de Formigas	15,00	6,00	90,00
CUSTO TOTAL DA IMPLANTAÇÃO P/ HA			
Custo com Mudas			540,00
Custo com Capina			621,00
Custo com Coveamento			145,00
Custo com Adubação			189,00
Custo com Mão de Obra no Plantio			108,00
Custo com Controle de Formigas			90,00
CUSTO TOTAL			1.693,00

CUSTO COM EXTRAÇÃO DA LENHA

EXTRAÇÃO			
	Ton	Vi. Unit.	Vi. Total
Mão de Obra com Derrubada e Corte	300,00	11,48	3.443,22
Baldeio interno	300,00	11,08	3.323,34
Custo Total com Derrubada e Corte	600,00	22,56	6.766,56

RELAÇÃO CUSTO X RECEITA

CUSTO TOTAL PROJETO (ha)

Custo Implantação	Por ha
Mudas	540,00
Capina Inicial e Arruamento	216,00
Coveamento	145,00
Adubação	189,00
Mão de Obra no Plantio	108,00
Controle de Formigas	30,00
Total	1.228,00

Custo com Manutenção (1º Ano até 6º Ano)	Por ha
Capina (duas)	405,00
Controle de Formigas	60,00
Total	465,00

Custo com Extração	Por ha
Derrubada e Corte	3.443,22
Baldeio	3.323,34
Total	6.766,56

Custo Total	8.459,56
--------------------	-----------------

Receita Bruta	
Produção (ton)	300
Preço Médio Atual de Venda (ton)	75,00
Receita Bruta Total	22.500,00

Receita Líquida	14.040,44
------------------------	------------------

Receita Anual	Total	Formação	P/ Ano
Receita Bruta	22.500,00	7	3.214,29
Receita Líquida	14.040,44	7	2.005,78



Produto	Prod. (sc)	Vi. Venda	Rec. Bruta	Custo	Rec. Líq.
Soja (safra)	50	22,00	1.100,00	1.032,45	67,55
Milho (safrinha)	66	10,00	660,00	1.049,00	(389,00)
Total Soja+Milho	116	16,00	1.760,00	2.081,45	(321,45)

Produto	Prod. (sc)	Vi. Venda	Rec. Bruta	Custo	Rec. Líq.
Soja (safra)	50	22,00	1.100,00	1.032,45	67,55
Trigo (inverno)	45	21,00	945,00	905,00	40,00
Total Soja+Trigo	95	43,00	2.045,00	1.937,45	107,55

Produto	Prod. (ton)	Vi. Venda	Rec. Bruta	Custo	Rec. Líq.
Eucaliptus	42,86	75,00	3.214,29	1.208,51	2.005,78

RECEITA ANUAL

	Rec. Bruta	Custo	Rec. Líq.
Soja + Milho	1.760,00	2.081,45	(321,45)
Soja + Trigo	2.045,00	1.937,45	107,55
Eucaliptus	3.214,29	1.208,51	2.005,78